

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sábado 14.9.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 758 / € 2,00 / Diretor Filipe Alves Diretores Adjuntos Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino

ROBERTO CARLOS
EURO 2024

03 & 04 OUTUBRO
21H00
MEO ARENA

06 & 07 OUTUBRO
21H00
FORUM BRAGA



PUB

Governo diz que imigração para Portugal está a diminuir

Exclusivo DN/TSF Rui Freitas, secretário de Estado Adjunto da Presidência **PÁGS. 4-7**

“Há uma redução no fluxo migratório. É uma evidência”

“Vão abrir 10 novos postos de atendimento a imigrantes”

“Não é uma ‘megaoperação’ de legalização. Os processos vão ser analisados”



GERARDO SANTOS

GRAND TOUR
Miguel Gomes
e Filipa Reis,
disponíveis para
os espectadores
que merecem

ENTREVISTA PÁGS. 24-25



António Mendonça

O bastonário da Ordem dos Economistas defende que um Orçamento a duodécimos seria prejudicial. “É desaconselhável pela incerteza económica”, diz António Mendonça na edição desta semana do Dinheiro Vivo, que pode ler com o seu DN.

DINHEIRO VIVO

Habitação
Proposta do Governo “exclui classe média”, alerta associação de promotores imobiliários **PÁGS. 8-9**

Benfica
Bruno Lage quer vencer na estreia e blindar balneário a ruído eleitoral **PÁG. 22**

Ucrânia

Os mísseis pedidos por Zelensky que levam Putin a ameaçar o Ocidente

PÁGS. 18-19

Gripe

Vacina de dose elevada irá prevenir milhares de internamentos

PÁG. 12

Justiça

Supremo pode dizer quem julga Processo Marquês

PÁG. 13



PUBLICIDADE



PUB

O QUE TE MOVE?



Editorial

Leonídio Paulo Ferreira

Diretor adjunto do Diário de Notícias

Que lições tirar da História?

Não falta quem veja na parceria entre Ronald Reagan e Margaret Thatcher o princípio do fim da URSS. E se é evidente que a cumplicidade entre o presidente Joe Biden e o primeiro-ministro Keir Starmer não se compara à dos seus célebres antecessores na Casa Branca e no Número 10 de Downing Street, a *Special Relationship* entre os EUA e o Reino Unido continua a ser de tal forma uma fonte de preocupação para o Kremlin que se tornou impossível dissociar o encontro de ontem em Washington com as ameaças belicistas de Vladimir Putin durante uma visita a São Petersburgo. “Se acontecer, irá mudar a própria essência, a natureza do conflito”, disse o presidente russo, reagindo aos planos para autorizar a Ucrânia a usar mísseis de longo alcance contra alvos na Rússia, uma exigência insistente de Kiev.

A questão das linhas vermelhas tem estado sempre presente desde que o Ocidente decidiu apoiar os ucranianos contra os russos após a invasão de fevereiro

de 2022. E já houve sérias ameaças russas de retaliação quando a Ucrânia recebeu tanques e depois, mais recentemente, caças F-16. Mas desta vez o tom de Putin está a atrair maior preocupação, havendo quem considere que não está de fora a hipótese nuclear, ainda que sob a forma de uma bomba tática usada em território ucraniano. Mais provável, especula-se, seria um ataque a uma instalação militar de um país da NATO (e da UE) envolvido com especial empenho no apoio à Ucrânia, uma escalada óbvia no confronto entre a Rússia e o Ocidente, mas, mesmo assim, de uma natureza muito diferente do recurso ao nuclear, até hoje um tabu.

O nuclear assusta especialmente, e se Putin não foi explícito, já o embaixador russo na ONU, Vassily Nebenzia, lembrou que o seu país tem um arsenal de respeito na matéria. É o maior do mundo, só comparável com o dos EUA, mesmo que haja mais sete potências nucleares (uma delas é o Reino Unido de Starmer).

Há duas semanas, assinalaram-se os 75

anos do primeiro teste atómico da URSS, no Polígono de Semipalatinsk, no atual Cazaquistão. Esse 29 de agosto de 1949 é uma data-chave para entender o nosso mundo, pois o fim do monopólio americano sobre o novo tipo de arma impôs a dissuasão mútua, ou o equilíbrio pelo terror, que fez com que a Guerra Fria nunca se tornasse numa Guerra Quente. Mas se as superpotências foram capazes de se gladiar via terceiros na Coreia, no Vietname ou no Afeganistão, a ausência de recurso à tecnologia atómica (e depois nuclear) também se deveu a uma certa racionalidade dos seus líderes.

As quase 500 bombas testadas em Semipalatinsk eram, a cada passo, potencialmente mais mortíferas do que a *Little Boy* e a *Fat Man*, lançadas em agosto de 1945 pelos EUA em Hiroxima e Nagasaki. E uma bomba nuclear pode ser hoje mil vezes mais poderosa do que as bombas nas cidades de um Japão que recusava aceitar a derrota na Segunda Guerra Mundial. Há pois excelentes razões para manter o tabu nuclear, e quem tiver dúvidas veja as imagens da destruição no Japão há 79 anos ou pergunte aos cazaques das vizinhanças de Semipalatinsk, filhos e netos dos que viam “os cogumelos muito bonitos” formar-se no horizonte, o legado da radiação, com malformações e cânceros acima da média do país.

Biden e Starmer não têm obrigação de saber ler o que vai na cabeça de Putin, mas certamente têm especialistas civis e militares a dar-lhes pistas. Qual o nível de

ameaça que a própria Rússia sente? Há alguma hipersensibilidade de Moscovo relacionada com a incursão ucraniana na região de Kursk, 1200km² de território controlado, 0,001% da imensa Rússia, mas mesmo assim uma invasão inédita no pós-1945? Sentirão os líderes americano e britânico que é o momento certo para dar ao ucraniano Volodymyr Zelensky a carta branca que este tanto pede? Com a autorização de utilização destes mísseis de longo alcance (umas centenas de quilómetros, mas não suficientes para cobrir os 800 quilómetros da fronteira ucraniana até Moscovo) espera o Ocidente fragilizar a Rússia e obrigá-la a negociar um fim para esta guerra a que Putin prefere chamar de *Operação Militar Especial*?

São tantas as incógnitas que, de facto, há razões para temer o que aí vem. Morre-se muito na Ucrânia, também se morre na Rússia, e mesmo um choque convencional entre a Rússia e a NATO faria morrer muita, muita, muita gente, inclusive na Europa Ocidental. Mas qualquer uso de armas nucleares seria entrar noutra nível de conflito, um conflito marcado pela irracionalidade. Reagan e Thatcher souberam dar margem a Mikhail Gorbachev para liderar uma URSS em transformação sem a levar ao choque direto com o Ocidente. E Gorbachev desistiu da confrontação. Mas a URSS desapareceu em 1991 e Putin já disse que se tratou de uma enorme tragédia geopolítica. Biden e Starmer terão de tirar lições da História. E o russo Putin também. Quais tirarão?

OS NÚMEROS DO DIA

1000

MILHÕES DE € DE DÍVIDA

de montante indicativo vão ser leiloados em Bilhetes do Tesouro pelo IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, na quinta-feira, em duas linhas, com maturidade em 2025.

3,2

POR CENTO

dos imóveis novos ou reabilitados em Lisboa podem ser abrangidos pela isenção total de IMT anunciada pelo Governo para promover a compra de habitação pelos mais jovens, segundo um estudo ontem divulgado.

235

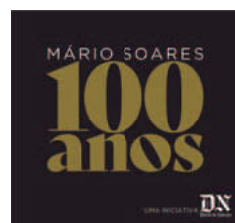
MIL PESSOAS DESLOCADAS

pelas inundações causadas em Myanmar pelo Tufão Yagi, anunciou ontem a Junta Militar no poder no país.

44

MILHÕES DE €

é o valor da perda fiscal portuguesa com o consumo de tabaco de origem ilícita (cerca de 3% do total dos cigarros consumidos no ano passado), segundo um estudo elaborado pela KPMG a pedido da Philip Morris International.



Global Media
14.9.2024

Direção: Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Cândio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e João Coelho **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Cândio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ªA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de fevereiro 2024: 6 084 exps.

www.voltaaomundo.pt

Sexta-feira em banca

NESTA
EDIÇÃO

Panamá

A brisa quente
do paraíso

Egito

Roteiro entre
o Cairo e Abu
Simbel

Itália

Sicília, um museu
a céu aberto



ASSINE AQUI

Volta ao Mundo

PUBLICIDADE



Rui Freitas

“Há uma redução no fluxo migratório. É uma evidência”

ENTREVISTA DN-TSF Com a AIMA sob sua tutela, o secretário de Estado-Adjunto da Presidência revela que o fim das manifestações de interesse está a resultar numa diminuição da imigração para Portugal. Para os imigrantes que estão no país vão abrir de 10 novos postos de atendimento.

TEXTO VALENTINA MARCELINO (DN) E RUI POLÓNIO (TSF) FOTOS REINALDO RODRIGUES

No início de junho, o Governo apresentou um Plano de Ação para as Migrações. Foi anunciado um reforço substancial da capacidade da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) para conseguir regularizar os cerca de 400 000 processos acumulados nos últimos anos. Já é possível dizer, três meses depois, o que é que já conseguiram fazer?

Sim, mas antes gostava só de contextualizar e dizer que aquilo que nos obrigou a ter um Plano de Ação com aquela complexidade e abrangência, construído depois de auscultar mais de 40 instituições da sociedade civil, foi aquilo que nós herdámos. Chegámos aqui depois de uma extinção atribulada do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), contra a qual o PSD votou, e depois uma criação atabalhoada da agência que lhe sucedeu na matéria de regularização e do processo burocrático. Ou seja, a AIMA não herdou todas as tarefas do SEF, herdou algumas das tarefas, mas sem os recursos próprios e de forma atabalhoada. Chegámos a um ponto em que temos cerca de 400 000 pessoas que estão em Portugal e nós desconhecemos quem são, onde estão, onde trabalham. É isso que nós nos propomos agora, muito rapidamente, a corrigir.

Temos, ao dia de hoje, uma Estrutura de Missão que foi lançada durante o mês de agosto, que iniciou a primeira operação, de várias que vai ter ao longo do país. O

grande centro é em Lisboa, na comunidade hindu, e no primeiro dia de atividade aumentou 25% da capacidade de atendimento da AIMA. Hoje (quinta-feira) já estamos em 38% dessa capacidade e na próxima segunda-feira devemos ter mais de 60% de capacidade do que na segunda-feira passada.

Destes 400 000, quantos é que já estão regularizados?

Não é uma mega operação de legalização, como tem sido dito em alguns órgãos de comunicação. Do que se trata é de começar a dar resposta aos processos daqueles que se habilitaram a uma Autorização de Residência e que o Estado português ainda nem sequer analisou se eles podem ou não ter uma Autorização de Residência. O que estamos a fazer é a recolher dados biométricos que ao dia de hoje não eram recolhi-

dos, não existiam. Estamos a verificar e iremos verificar registos criminais, contratos de trabalho e moradas...

Mas continuamos em 400 mil pendências?

Estamos a conseguir reduzir os 400 000 num montante que lhes estou a dizer dos atendimentos, sendo certo que esta operação divide-se numa grande operação de *front-office* e numa grande operação de *back-office*, porque a análise não é realizada por aqueles que estão a recolher os dados biométricos. Essa continua com serenidade, a que todo este processo obriga, por quadros da carreira respetiva, da própria AIMA, que vão fazer a análise cabal a cada processo. Não estamos a fazer legalizações, como foi dito, de todos quantos lá chegam saírem com o processo aprovado. Não é isso. É o início do processo que, em tempo muito rápido e acelerado, terá a resposta de regularização ou não.

Para esse front-office, como lhe chama, de atendimento ou de recolha de dados, o Governo estipulava um reforço de 200 trabalhadores...

350 no total...

200 no front-office, mais 100 na análise, mais 50 de apoio, mais 100 que estavam a concurso e mais 50 para o reforço da rede consular. De todas estas pessoas, quantas é que já estão efetivamente ao serviço?

Ao dia de hoje temos já cerca de mais 90 pessoas na Estrutura de Missão, que não são só quadros da

AIMA. Há uma composição mista e têm estado a trabalhar em conjunto. Aliás, tem sido um dos grandes sucessos deste esforço comum para ultrapassar o passivo que carregam e que vem de trás. Mas não podemos esquecer que este processo é gradual. À medida que formos espalhando os postos de atendimento por todo o país – posso adiantar também que hoje estão já protocolados 10 municípios espalhados por todo o país para terem postos de atendimento, para evitarmos que haja pessoas de Bragança que tenham de se deslocar a Lisboa, ou de Lagos que tenham de se deslocar a Lisboa. Neste momento, o grande centro é o que está em funcionamento, mas nos próximos dias vamos começar a abrir estes postos para que essas pessoas não tenham de se deslocar.

Mas ainda sobre o reforço: este

vai existir também na AIMA, porque a AIMA iniciou funções com menos pessoas do que aquelas que deveria ter e está já a concurso um reforço de quadros que possa ser dotado da capacidade para o trabalho que depois terá pela frente. Porque vamos tratar das pendências, mas a agência vai continuar no seu dia a dia.

Em maio havia notícia de 100 trabalhadores que tinham pedido para sair da AIMA. O resultado é líquido ou há neste momento alguma evolução desse número?

Esse número não é verificado. Mas há uma coisa que tenho de dizer. Os trabalhadores da AIMA têm estado muito comprometidos com estas soluções. Têm tido de uma capacidade extraordinária de, apesar das limitações, continuar a trabalhar todos os dias e com toda a pressão que lhes é co-



locada. Porque sempre que há notícias é porque há filas na AIMA, mas há quem esteja lá dentro a trabalhar, a dar o seu melhor todos os dias, com muito esforço. Estes trabalhadores têm sido verdadeiros heróis a conseguirem continuar a carregar a agência e a darem bom seguimento aos processos que lhes aparecem pela frente.

Quais são os dez municípios que já estão protocolados?

Preferia ainda não divulgar, mas as próximas semanas vão ser de novidades constantes e vamos continuar a informar.

O Plano para as Migrações tem medidas de curto, médio e longo prazo. Se falarmos de objetivos latos como uma integração plena, isso é um objetivo que vai sendo renovado todos os dias, porque os objetivos de integração vão alterando à medida que a

própria sociedade evolui. Agora, terminar com as Manifestações de Interesse, isso foi uma medida imediata. Ou seja, todos os dias estamos a trabalhar e temos tido uma vontade de mudar, que é algo que foi uma rutura total em relação ao Governo anterior.

Por esta altura, costumávamos ter acesso ao relatório do SEF sobre o número de estrangeiros em Portugal. Ainda não foi publicado, mas consegue...

Vai ser nos próximos dias...

...mas consegue dizer-nos, neste momento, qual é o número de estrangeiros regularizados em Portugal e quais as nacionalidades?

Ao dia de hoje, dados de 2023, há um milhão e 44 mil pessoas e a nacionalidade mais relevante é o Brasil, com cerca de 400 000.

Houve alguma alteração de tendências nas nacionalidades?

Há uma tendência de crescimento do número de estrangeiros. Isso vai ficar patente no relatório. Há algumas alterações de nacionalidade, mas estamos a falar de dados de 2023 que não contabilizam as 400 000 pendências, porque em relação a essas, que herdamos do Governo anterior, não há nenhuma informação, nenhuma estatística sobre aquilo que lá temos. Por isso é que esta é uma urgência nossa. Precisamos de, muito rapidamente, saber o que é que está naquelas 400 000 pendências que herdamos do Governo anterior.

O fim das Manifestações de Interesse foi uma das vossas principais medidas para tentar estancar o efeito-chamada que já vinha de há alguns anos. Já tem algum indicador sobre o efeito prático desta medida?

Temos consciência plena de uma

As pessoas ouvem falar nas Manifestações de Interesse, mas não têm consciência de que era um regime único na UE e que era o caminho para a indignidade.

redução no fluxo migratório. Essa é uma evidência. Mas as Manifestações de Interesse devem ser explicadas e ser mais conhecidas do grande público. Acho que as pessoas ouvem falar de Manifestação de Interesse, mas não tem consciência que era um regime único na União Europeia (EU), que era o caminho para a indignidade. Era um dos grandes alimentos das redes de imigração ilegal, porque aqui, nesta ponta da Europa, existia um país onde bastava chegar que, ao fim de um ano, estando cá e tendo entrado por via ilegal, essa ilegalidade era sanada. E foi isso que nós tivemos de travar. Tivemos de travar um efeito-chamada brutal que atraía para a indignidade muitos cidadãos.

Mas também quero dizer uma coisa: a integração plena começa na documentação. Nenhum cidadão se pode sentir bem sem os documentos e sem ter uma situação regularizada, mas também para quem cá está é fundamental saber que todos os que cá estão obedecem exatamente aos mesmos normativos legais que todos os outros.

Mas, como sabe, as Manifestações de Interesse também serviam a clubes de futebol, a empresários, para conseguirem trazer trabalhadores...

Existia uma ficção legal de que, preenchendo a Manifestação de Interesse, estavam regularizados. Mas isso não é verdade. Nunca correspondeu à verdade e gerou este caos a que assistimos agora. A Manifestação de Interesse já existia como exceção na Lei de Estrangeiros até 2017. Passou a ser um regime geral de 2017 em diante. Existiu a presunção ou a ficção legal de que todo o que preenchesse Manifestação de Interesse a partir desse momento

estava em tramitação de regularização, ainda que essa regularização nunca acontecesse. Isso gerou este caos. Entendo que foi uma forma de tentar esconder os problemas do SEF, atirando o problema para a frente e gerou um problema muito maior, que agora temos em mãos. Mas também, sobre os dados, dizer que quando procedemos a um reforço do Observatório para as Migrações e anunciámos o professor doutor Pedro Góis, que é um reputado académico e investigador nesta área, é precisamente para nos dotarmos de quem possa informar política pública, para podermos tomar melhores decisões. O que queremos deste Observatório é também saber quais são as tendências de fluxos migratórios para nos podermos preparar em antecipação para aquilo que possam ser as pressões migratórias futuras. Há uma coisa que é uma evidência: as migrações são um fenómeno que não vai desacelerar um pouco por todo o mundo. Desde logo, pelas pressões geoestratégicas, pelas questões de alterações climáticas, as migrações económicas. Como Estado, temos de estar preparados para saber quais são as tendências, e foi [por] isso que também quisemos transformar o Observatório para as Migrações num órgão independente que possa construir para a política pública e que seja dotado dos instrumentos para nos darem bons números e podermos decidir melhor.

Já está a funcionar a 100% ou ainda faltam passos?

Faltam passos. O Observatório para as Migrações foi um dos passos de reestruturação da AIMA. Quando reestruturámos a AIMA, nomeamos um novo conselho diretivo, reorganizámos os serviços de atendimento em pouco por toda a cidade de Lisboa, ou seja, a Loja Central e todas as outras lojas, de forma a que não haja aquele amontoar de pessoas, pois isso não é positivo para ninguém. Gera percepções e não trata bem quem queremos acolher. Autonomizámos o Conselho Nacional para as Migrações e fizemos com que este Observatório deixasse de ser uma unidade orgânica e passasse a ser um órgão. Ou seja, tem uma autonomia em relação ao conselho diretivo que permite observar com independência

continua na página seguinte ►

» continuação da página anterior

tudo o que são os dados da nossa política migratória.

Temos aqui um conjunto de perguntas muito concretas e para as quais também peço respostas claras, porque sabemos que há muitos imigrantes ansiosos por elas. Quando vão ser abertas vagas para o reagrupamento familiar?

Esperamos no próximo par de meses ter novidades. O reagrupamento familiar é uma das prioridades do Plano de Ação, porque entendemos que é um dos passos para uma melhor integração. Quem traz a família consegue ter uma estabilidade. Desde logo a escola. Quando temos crianças que ingressam nas nossas escolas, também há uma forma de integração privilegiada, assim como são as empresas. Como conversávamos, um passo de cada vez.

Mas quando?

Não tenho um dado concreto para lhe dar. Digo-lhe é que é prioritário.

No fim do ano?

Trabalharemos por isso.

O ministro da Presidência, Leitão Amaro, referiu ainda esta semana que a solução para os Vistos CPLP está para breve. Ora, havia 170 000 destes vistos que não funcionavam dentro do Espaço Schengen, entre outras coisas, porque o cartão não tinha dados biométricos. O Governo tinha-se comprometido a começar a recolher esses dados biométricos. A minha pergunta é se já começou a fazê-lo e quando é que haverá esta solução?

Antes de mais, temos de nos preparar para o modelo que vai ser utilizado. Posso dizer-vos que o modelo será o mesmo, só fará a menção ao Acordo de Mobilidade da CPLP. Existe, ao dia de hoje, um processo de infração instaurado ao Estado português por termos um modelo que não é o adequado do ponto de vista dos normativos comunitários...

Não segue as regras europeias...

Quem vir o que é esse documento, chamar-lhe documento é um exagero. É um papel. É um papel com um QR Code com o qual o cidadão, se quiser movimentar-se no Espaço Schengen, não o poderá fazer. O nosso objetivo é que o documento seja o documento de Autorização de Residência habitual, com a menção do Acordo CPLP e que permita a mobilidade durante o tempo que

O prazo de validade das Autorizações de Residência CPLP vai aumentar de um para dois anos. Temos de assumir que, para este Governo, a CPLP será discriminada positivamente.

qualquer outra Autorização de Residência tem. Estamos a falar do equivalente a movimentação por turismo, que nem a isso obedecia. Mas no que respeita à CPLP, há matéria que terá de ser discutida em Assembleia da República. Temos todo o processo praticamente encerrado. Temos as conversas adiantadas com a Comissão Europeia, temos o modelo já definido e muito brevemente também vamos ter essa novidade.

Estas Autorizações CPLP vão ter os mesmos direitos que as outras Autorizações de Residência, nomeadamente de circulação, e terão também as mesmas exigências?

As mesmas exigências. Iremos cumprir escrupulosamente com tudo o que está em vigor. Ou seja, para atribuir uma Autorização de Residência CPLP já existe a legislação que a regula. Essa será a mesma. O que não cumpre é o lado do Estado português, com um documento que era entregue a esse cidadão. Isso vamos corrigir rapidamente. Outra coisa que também tem de ser corrigida é que a duração de uma Autorização de Residência ao abrigo do Acordo de Mobilidade da CPLP é de um ano, quando o geral são dois anos. Ou seja, nós estávamos a tratar como sendo quase de segunda uma Autorização de Residência CPLP. Isso tem de ser corrigido e vai ser corrigido. É uma das nossas prioridades.

As Autorizações CPLP vão passar então também para os dois anos de validade?

Terá de ser porque é uma das questões que decorre da infração. **Temos aqui um acordo de mobilidade que é só numa direção, que é a direção dos imigrantes para Portugal.**

Estamos a falar de países como o Brasil, com mais de 200 milhões

de habitantes, Angola 35 milhões, Moçambique 32 milhões. Isto é para um país com 10 milhões de habitantes. Há aqui um grande desequilíbrio de forças. De que forma é que nós estamos preparados para isso? Os nossos serviços públicos, por exemplo, conseguem responder a essa potencial entrada destes imigrantes?

Temos de assumir que, para este Governo, a CPLP será discriminada positivamente. Entendemos que a língua e um passado comuns facilita muito a rede familiar já existente em Portugal. Faz com que a integração seja muito mais rápida, seja na vivência social, seja na própria economia. Percebo aquilo que me está a dizer, mas sem pessoas não há economia. E não há nenhum modelo demográfico que não apontasse que Portugal, daqui a uns anos não conseguiria ter sustentabilidade de rigorosamente nenhum serviço público com o decréscimo demográfico ou o inverno demográfico que estávamos a viver. Nessa medida, quando olhamos para a CPLP, olhamos para a CPLP como uma oportunidade. E a CPLP é a oportunidade que nós queremos privilegiar. Agora, naturalmente que as regras são para cumprir com todos, privilegiando a CPLP. Ainda ontem saiu um estudo da Faculdade de Economia do Porto que assinalava com muita veemência a necessidade de, para ter crescimento económico, ter de haver pessoas. Sem pessoas não há economia. E nós precisamos efetivamente e iremos privilegiar a CPLP.

Qual é a posição do Governo quanto a um possível limite de entradas?

Limite da entrada? Quer concretizar?

Não estou a falar de quotas...

Temos de ter a consciência de que a economia e a sociedade são fenómenos plásticos e a forma como devemos acompanhar tem de ser tão plástica quanto é a economia e a sociedade. Ou seja, temos de ter uma capacidade de adaptação. Não faz sentido falar em limites. Faz sentido falar de prioridades, e falar de integração é falar da melhor forma de fazer uma economia e uma sociedade funcionar. Não me parece que os limites sejam sequer uma estratégia pragmática de fazer com que a sociedade possa avançar.

Outra pergunta que precisa aqui de uma resposta clara tem a ver com a renovação dos cartões de

residência caducados. Quando é que o portal online será aberto para estas renovações automáticas?

Todo esse processo vai ter novidades a muito breve trecho, porque está numa fase muito avançada de conclusão. Fizemos a prorrogação em junho, da validade desses documentos...

Mas os titulares não podem sair do país porque os outros países da União Europeia não aceitam cartões caducados...

Exatamente. Tem de existir uma comunicação dessa prorrogação. É nossa vontade passar também as renovações para a AIMA. Ter incluído o IRN, para nós, não faz grande sentido. Mas a competência de renovação ainda é do IRN. No âmbito desta reestruturação mais lata, passará para a AIMA. Muito rapidamente vamos ter também de atender a essa herança, que é pesada e é mais uma para resolver.

Outra das dificuldades de quem precisa de contactar a AIMA, são telefones não-atendidos e os e-mails que não são respondidos. Como é que pensam resolver isto?

Está em fase avançada o concurso, que será nos próximos dias, para um *call center*.

Estão a atender mais ou menos, em média? No início da entrevista falou-me que a capacidade de atendimento tinha aumentado 38%. Consegue traduzir isso em números?

Quando iniciámos a Estrutura de Missão com o primeiro centro que abrimos, a AIMA estava a atender 1000 pessoas por dia e passou a atender 1240 pessoas por dia. Ao dia de hoje, está a atender 1380 pessoas por dia. E na próxima segunda-feira vai estar a atender 1600 pessoas por dia, ou seja, mais 60% de capacidade. Desconheço algum serviço público que tenha tido este pico na capacidade de atendimento.

Não faz sentido falar em limites (à imigração). Não é sequer uma estratégia pragmática para a sociedade avançar. Faz sentido falar de prioridades e de integração.



Qual é a estimativa de atendimento para as tais 400 000 pendências? Todos os requerentes estão em Portugal ainda?

As notificações, no passado mês de maio, aconteceram num processo em que o Governo até demonstrou algum desconforto pela insensibilidade. Discordamos de uma notificação imediata para pagarem sem um agendamento à vista. Agora, quando forem notificados para pagar, sabem que poderão ser atendidos num espaço muito breve. Sabemos que há uma taxa de quebra no número de processos. Mas é muito difícil e só por sensibilidade é que lhe poderia estar a dizer se esse número corresponde ou não à verdade. Sendo certo que sabemos que há uma taxa de quebra que está implícita. Claro que agora podemos especular se os que estão há mais tempo tinham uma taxa de quebra maior ou os que estão há menos tempo têm uma taxa de quebra menor. Mas vai da nossa sensibilidade. Queremos que a Estrutura de Missão faça pontos de situação do trabalho que está a desenvolver. Com muita frequência, vamos começando a ter a visibilidade de uma coisa que herdámos e



não temos nenhuma ideia do que lá está.

Quantos processos regularizaram nestes três meses?

Nestes três meses a AIMA tinha já uma capacidade de regularização diária semanal, digo, de cerca de 2000 processos. Essa capacidade está a ser francamente aumentada, com o tal *back-office* de que falávamos há bocado, que será reforçado, que vai ter protocolos com entidades externas com toda a segurança. Todas as pessoas que lá trabalham, que não são da AIMA, tiveram formação com as forças de segurança para poderem estar em condições de lá trabalhar.

Mas algumas dessas pessoas são advogados e solicitadores, o que mereceu críticas, por exemplo, do Sindicato dos Técnicos de Imigração?

No Centro de Telheiras isso não existe. Aquilo que estamos a discutir agora é uma realidade diferente. É uma realidade de instrução e não de análise, de processo. A análise de processo é só feita com quem é da carreira inspetiva e quem é da carreira da própria AIMA, técnicos especialistas da própria agência. Não existirá nunca alguém externo aos serviços do Estado a despachar o que

quer que seja no concreto destes processos.

Deu-nos o número total de estrangeiros com a Autorização de Residência 2023. Mas já estamos em setembro de 2024. Consegue dizer me este ano quantos novos imigrantes obtiveram a Autorização de Residência em Portugal este ano?

Os melhores dados que vamos ter serão os da Estrutura de Missão, nos próximos dias. Até agora, a única coisa que lhe posso dizer é que havia 2000 processos tramitados, nem todos com respostas positivas.

Não consegue dizer quantas pessoas é que foram regularizadas em 2024?

Estimamos que poderíamos estar a falar de regularizadas à cadência da capacidade da agência. Todos os números que nós temos são sempre fornecidos pelo Observatório. A AIMA vem de um processo muito difícil, com muito pouca informação. Uma coisa que digo é que, se nos próximos três meses tivermos aqui uma conversa, a AIMA que vamos ter nessa altura não terá nada a ver com a que recebi em abril de 2024.

Mas ao um milhão e 44 mil, quantos soma em 2024?

Há uma coisa que nós temos de ter a consciência, desde logo: das 400 000 pendências, com uma cadência de atualização. Ou seja, aquilo que nós esperamos é que das 400 000, tal como já falámos, não serão 400 000. Até porque nem todos têm resposta positiva, mas também nem todos estarão já cá. Sabemos que há uma tendência crescente do fluxo migratório, mas também sabemos que isso era gerado pelo efeito-chamada. Sabemos que existiu um parar desse efeito-chamada no dia 3 de junho, porque nós entendemos que era uma prioridade.

Já percebi que não quer revelar o número, mas tem conhecimento dele?

E porque é que não quer avançar-lo?

Porque temos de verificar a qualidade de toda a informação que passamos para as pessoas. No tema das migrações, a sensibilidade do debate e o aproveitamento que muitas vezes é feito politicamente, obriga-nos a um cuidado redobrado na forma como gerimos toda a informação que temos. Herdámos o caos e é o caos que nós estamos a organizar e como estamos a organizá-lo. Temos de o fazer com sensibi-

lidade, serenidade e moderação, para que os polos, os extremos, não tornem este debate um debate que perde a razoabilidade, que não nos leva a lado absolutamente nenhum.

A AIMA já regularizou as dívidas que tinha com o Centro Português dos Refugiados e com a Organização Internacional das Migrações? O Governo já deu autorização, mas foram mesmo regularizadas?

Herdámos um processo que está longe de nos orgulhar, mas dissemos que íamos cumprir com os compromissos do Estado português. Já o fizemos e posso afirmar que a instrução foi dada à agência para pagamento. Estamos a falar de dívidas que vinham do tempo do SEF e que estavam num emaranhado de confusão, tal como tudo aquilo foi feito.

Uma das essas heranças que receberam foi a instalação do novo sistema de segurança das fronteiras. Chegámos a correr o risco de ser suspensos do Espaço Schengen. Como é que está a situação neste momento?

Posso dar boas notícias. Enquanto falamos estão a ser instalados novos pórticos que farão o controlo de fronteiras num futuro próximo. Foi uma corrida contra o tempo, como sabem. Mas conseguimos. É mais um sucesso. Falou-se de vermelho. Estamos no verde. Cumprimos com a prontidão que nos foi exigida e os testes iniciam-se em outubro.

António Vitorino tem sido um aliado do Governo em matéria de migrações e acabou até por ser nomeado para presidir ao Conselho Nacional para as Migrações. É uma espécie de garantia para o Governo?

Chamar ao doutor António Vitorino um aliado... Se há pessoa que tem crédito nesta matéria é o dr. António Vitorino. O facto de ter elogiado o nosso plano, de certa forma, cauciona algumas das medidas que tomámos. É muito positivo contar com uma personalidade como o dr. António Vitorino no Conselho Nacional para as Migrações. Temos a certeza de que a independência que tem em relação a este fenómeno permite-nos também ter uma política migratória que vai contar com o trabalho de um Conselho Nacional para as Migrações isento, com capacidade de trabalho e com personalidades que vão ainda dar mais aquilo que possa ser a nossa política migratória no futuro.

É muito positivo contar com uma personalidade como o dr. António Vitorino. A independência que tem em relação a este fenómeno permite contar com um trabalho isento do CNA.

Como é que antecipa a manifestação anti-imigração que está a ser promovida pelo Chega? E a proposta de referendo?

Sou um democrata e as manifestações fazem parte da democracia. As organizações políticas têm os instrumentos que entendem para fazer valer os seus pontos de vista. Encaramos qualquer manifestação com a serenidade que temos de encarar. Sendo certo que, como já disse, entendo que polarizar questões estruturantes e questões fraturantes, como é o tema das migrações, não aproveita muito a toda a comunidade. Devemos ter serenidade, ponderação, pragmatismo e capacidade de resolver problemas com a observância total pela legislação portuguesa. Porque aquilo que este Governo quer é imigração regulada que possa ajudar Portugal a ser um país com mais crescimento económico, com mais oportunidades para todos, uma integração plena daqueles que para cá vêm, mas sempre, sempre imigração regulada.

Só para terminarmos, deve ter tido conhecimento de que houve uma situação de violência grave, com esfaqueamento, de dois imigrantes no Porto. A Polícia Judiciária anunciou que deteve esse suspeito. Acha que isto é um escalor anti-imigração?

Não entendo que seja um escalor. São situações lamentáveis, envolvendo cidadãos nacionais ou não. Acho pouco cauteloso colocar a questão imediatamente neste antagonismo de imigrantes, porque a serenidade de abordar esse tipo de problemas é que pode fazer com que nós possamos ter uma sociedade mais segura, mais regulada e com respeito entre todos os que habitam o território nacional.

Habitação. Proposta do Governo “exclui classe média”

CASAS PS fala “num recuo” em relação ao que já estava feito, PCP pede que seja feito mais. Medida foi anunciada como “a quantia mais avultada dos últimos 30 anos” em habitação pública, com um valor de 4,2 mil milhões.

TEXTO **ARTUR CASSIANO E RUI MIGUEL GODINHO**



“Todos os projetos que estão ou estavam em curso” serão financiados pelo Orçamento do Estado, garantiu Luís Montenegro.

Construir 59 mil casas até 2030 é uma proposta que “é bem-vinda” mas que, “infelizmente, deixa de fora a classe média, que é uma grande fatia da população portuguesa, e que vai continuar sem respostas”. As palavras são de Hugo Santos Ferreira, presidente da Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários (APPII), em reação ao anúncio que o Governo fez ontem, em que se compromete a construir 59 mil novos fogos habitacionais num horizonte de seis anos. Mas não chega: “É bom que haja mais oferta pública neste setor, e isso é muito positivo, mas há um segmento da população que é excluído e que também tem uma grande necessidade neste setor”.

Para o dirigente, o caminho deve “estar assente em três pontos: mais oferta, simplificar processos de licenciamento e baixar a carga fiscal sobre a construção, que continua a ser das mais altas da Europa”.

Nos planos do Governo, a medida irá custar 4,2 mil milhões de

euros. Contas arredondadas, dá um custo de 70 mil euros por cada habitação. Construir com estes custos é exequível? “Ponho em dúvida que seja, vejo muito difícil isso acontecer dentro desses valores. Não estou muito a ver como é possível, honestamente. Portugal tem áreas mínimas de construção que são muito grandes, isto somando a todas as despesas associadas... Não me parece possível chegar a um custo tão baixo por cada casa”, diz Hugo Santos Ferreira. Qual a solução? “Passa por reduzir as áreas mínimas para construir, sobretudo. E há que perceber que nem sempre uma casa grande é boa, ou vice-versa”.

Segundo o Executivo, o finan-

59 993

Casas O anúncio feito ontem pelo Governo definiu que, até 2030, o Estado irá garantir a construção de 59 993 novas casas de habitação pública.

ciamento da proposta faz-se com duas fontes: 1,4 mil milhões de euros vêm do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com os outros 2,8 mil milhões a saírem diretamente do Orçamento do Estado. Algo a que Miguel Pinto Luz chamou “a quantia mais avultada dos últimos 30 anos” para a habitação em Portugal.

Miguel Pinto Luz anunciou que o Executivo financiará 36 mil casas a 100%, com 23 mil a terem um financiamento a 60%. Em junho, o Governo assinou 83 termos de responsabilidade com as autarquias, pedindo empenho aos municípios para cumprir as metas na habitação.

Em Alcanena, ontem, o primei-

87 mil

Divergência Em novembro, o PS anunciava habitação pública para 87 mil famílias. “Não se entende” agora como se chegaram às 59 mil casas ontem anunciadas, diz fonte do partido.

ro-ministro garantiu que “todos os projetos que estão ou estavam em curso, mas não tinham financiamento, fossem promovidos por particulares ou entidades públicas (...), todos vão ter financiamento assegurado por parte do Orçamento do Estado”.

Este reforço, foi anunciado numa nota do Ministério das Infraestruturas e Habitação, deve-se ao facto de “a dotação financeira inscrita no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no PRR” não ter acautelado “as reais necessidades de habitação do país”.

PS contesta, PCP diz que “não chega” Olhando para a medida, fonte da

4,2 mil

Custos A construção terá um preço total de 4,2 mil milhões de euros que se dividem da seguinte forma: 1,4 mil milhões vêm do PRR, 2,6 mil milhões do Orçamento do Estado.

direção do PS diz estar “espantada”. No limite, diz, “é até um recuo” face ao que tinha sido anunciado no programa de apoio ao acesso à habitação, 1.º Direito.

“Em novembro de 2023, quando a ministra da Habitação, Marina Gonçalves, foi ao Parlamento, estavam identificadas 87 mil famílias para beneficiarem desta medida. Por isso, de novidade não tem nada e não se entende, até, de onde vêm estas 59 mil casas de que se fala.”

A mesma fonte do PS põe em causa os valores apresentados pelo Governo, porque “1,6 mil milhões já estavam atribuídos”. Como se chegou ao valor anunciado por Pinto Luz? “Tenho dificuldade em perceber.”

Ouvido pelo DN, Bruno Dias, membro do Comité Central do PCP, aponta que “o mais surpreendente, aqui, é que este número não chega”. “Em bom rigor, diga-se, em vez de se falar em ‘projetos’ para a habitação, devia-se falar em ‘processos’ aprovados no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [IHRU]”, diz o comunista.



PAULO CUNHA / LUSA

PROMESSAS

JOSÉ SÓCRATES

Em 2009, o Governo liderado por José Sócrates comprometeu-se a rever o Regime do Arrendamento Urbano, depois de já lhe ter mexido. A intenção, garantia o Executivo PS, era dinamizar o mercado de arrendamento através da criação do seguro de renda, de bolsas de habitação e de formas expeditas na resolução de conflitos em relação aos contratos de arrendamento. Foi também prometido rever os apoios dados aos proprietários para remodelar as casas e para incentivar a reabilitação urbana e a utilização de prédios devolutos para arrendamento.

PEDRO PASSOS COELHO

Foi neste Governo que se criou a chamada *Lei Cristas*, datada de 2012. O objetivo era dinamizar o mercado de arrendamento urbano, liberalizando-o. Foi também neste mandato que se criou o regime fiscal para os residentes não-habituais (*Vistos Gold*). Foram também acelerados despejos “do local arrendado” que permitissem “a célere recolocação daquele no mercado de arrendamento”, segundo o texto da lei.

ANTÓNIO COSTA

Governando durante oito anos, o Executivo de António Costa aprovou, no pacote *Mais Habitação*, um conjunto de medidas para revogar as normas de 2012, como as regras do Alojamento Local. Foi ainda prometida a construção de 26 mil novas casas de habitação pública. Lidando com a crise na habitação nos últimos anos, o Governo anterior criou ainda novos mecanismos para estabilizar “por dois anos o montante da prestação mensal” dos créditos à habitação.

O anúncio do Governo “só prova que o PCP tinha razão, mais uma vez, quando apontou que 26 mil fogos originais eram arbitrários e que o número não era exato”. “As necessidades reais em habitação são muito maiores do que 26 mil casas”, diz Bruno Dias, que afirma que o “caminho é longo” até que haja “disponibilização pública de habitação” que seja suficiente.

Há ainda outra questão que Bruno Dias aponta como essencial: saber se “as autarquias conseguem pagar os 40%” nos casos das 23 mil casas que o Estado financia a 60%. “Há autarquias que não conseguem suportar isto”, afirma o dirigente.

Já a IL reagiu pelo deputado Carlos Guimarães Pinto. Num *tweet*, o liberal recordou que “no último pico de preços da habitação chegou-se a construir o dobro disto [59 mil casas] num só ano (público e privado)”. Exemplo este que serviu para “se perceber a gota no oceano que a construção pública é”. O problema só se resolverá retirando “obstáculos à construção privada”, apontou.

Governo diz que Pedro Nuno “recusa” reuniões com Montenegro. PS desmente

OE2025 Executivo aceita “calibrar” IRS Jovem, mas recusa “abdicar” da proposta. Negociações prosseguem na “próxima semana”.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

Pedro Nuno Santos diz ser “muito importante que os líderes políticos do PS e do Governo se comprometam também com a negociação” do Orçamento do Estado para 2025 e espera até que Luís Montenegro esteja presente na próxima reunião.

Porém, o secretário-geral socialista – que até recordou que “António Costa dava o pontapé de saída para as reuniões do Orçamento com a reunião com os líderes políticos dos partidos que estavam disponíveis para viabilizar o Orçamento” – “tem recusado todas as tentativas do primeiro-ministro”, nos últimos dez dias, para reuniões entre os dois, diz ao DN fonte governamental.

Fonte socialista, no entanto, contraria esta versão e sustenta que só houve um contacto e que foi explicado, nessa altura, ao Governo que só depois de o PS receber a informação pedida é que essa reunião deveria acontecer – em princípio na próxima semana.

O líder do PS considera estar já muito claro quais “as matérias que não aceitamos que sejam introduzidas no orçamento [IRS Jovem e IRC]” e que o próximo passo é “dizer aquilo que nós queremos introduzir no Orçamento”.

No entanto, como revelou ao DN fonte socialista, o partido “quer” ainda “perceber que tipo de propostas [do Governo] é que estão no Orçamento do Estado, qual é a dinâmica do Orçamento (...), perceber a folga, que eventualmente exista, para apresentarmos projetos”. E propostas, “talvez no final da próxima semana”.

Aquilo “com que o PS não concorda” tem do Governo, apesar, dizem fontes governa-



Pedro Nuno Santos
Secretário-geral do PS

mentais, da “retórica um pouco inflamada” de Pedro Nuno Santos, a garantia de “modelação” ou de “calibração” – expressão até usada por fonte socialista.

“Não vamos abdicar do IRS Jovem. Estamos disponíveis para, dentro da nossa proposta, aproximar posições”, refere ao DN fonte do Governo. Outra fonte, também do Governo, sublinha que “não estamos disponíveis para abdicar do IRS Jovem” admitindo, tal como já o tinha feito há semanas o secretário-geral social-democrata, Hugo Soares, uma negociação que “remodele” a proposta inicial – contrariando, assim, a

ideia de que o Governo pode deixar cair o IRS Jovem ou que começa a recuar.

“Nada mais errado. Já dissemos da disponibilidade para calibrar a proposta”, esclarece fonte do Governo. E é até recordado que o secretário-geral do PS já admitiu que um “profundo desacordo” com o Governo não impedirá o PS de viabilizar o OE2025, desde que seja respeitado “o quadro de princípios programáticos do PS” porque, sustentou Pedro Nuno Santos, “um Orçamento do Estado “não são duas medidas”.

A ameaça pública do líder socialista de que não haverá “um meio caminho” no IRC e IRS Jovem, como sugeriu Pedro Duarte, ministro dos Assuntos Parlamentares, em entrevista ao *Público* e à Rádio Renascença, contrasta com o plano interno, pelo que apurou o DN, de o PS seguir “as linhas mestras do seu programa de Governo” e acolher medidas “calibradas” do Governo “não muito distantes” das que defende.

Nuno Melo, ministro da Defesa, acredita, por isso, que no final, “o sentido de Estado prevalecerá” e “tudo será concluído num resultado que é o desejável”.

“Se o OE não for aprovado, Portugal ficará pior, porque “há impostos que não vão baixar”, como o IRS e o IRC, e “aquilo que são previsões de crescimento da receita e da redução da dívida também não serão possíveis, acentuou.

Por isso, “eu acredito que, no final, tudo será concluído num resultado que é o desejável para um país inteiro que também acredito que não deseja eleições” – havendo, o ciclo eleitoral será de três eleições em onze meses.

Pedro Nuno Santos espera que Luís Montenegro esteja na próxima reunião com o PS.

“Inconveniência” de Nuno Melo pode “criar embaraços desnecessários com o nosso principal parceiro”

DIPLOMACIA Ministro da Defesa defende que Portugal não deve abdicar de Olivença. “Intromissão” de Melo na pasta de Paulo Rangel é alvo de críticas: “É um embaraço” para o país.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

Foi em resposta a uma pergunta que o antigo “Dragão de Olivença”, agora ministro da Defesa Nacional, na cerimónia comemorativa dos 317 anos do Regimento de Cavalaria n.º 3, a mais antiga unidade do Exército em atividade, fez questão de recordar e explicar que “estes dragões são de Olivença por alguma razão”.

“Olivença é portuguesa, naturalmente, e não é provocação nenhuma (...) aliás, por tratado, Olivença deverá ser entregue ao Estado português”, afirmou. E disse mais: “Esta não é uma questão de ontem, é de hoje” e “não se abdica” dos “direitos quando são justos”.

“E diz-se”, acrescentou, “desde o *Tratado de Alcanizes*, como Portugal tem as fronteiras mais antigas definidas, exceto esse bocadinho”, porque, “no que toca a Olivença, o Estado português não reconhece como sendo território espanhol”.

E além disto, recordou que, quando foi eurodeputado, defendeu esta questão, da qual continua a não abdicar: “Fi-lo, desde logo, no Parlamento Europeu, em questões colocadas, enfim, mas sabe, a *real politik* é a *real politik*”, o que “não invalida a expressão dos direitos” e, quando estes “são justos, deles não se abdica”, insistiu.

A “intromissão” do ministro da Defesa, ou a “inconveniência”, como refere ao DN fonte diplo-

mática, numa matéria do ministério dos Negócios Estrangeiros, foi lida como a “criação de embaraços desnecessários com o nosso principal parceiro económico”.

Apesar de Espanha – após o Congresso de Viena (1815) que determinou que Olivença, portuguesa desde 1297 pelo *Tratado de Alcanizes*, deveria ser devolvida a Portugal – nunca ter cumprido o “acordado”, também Portugal nunca abdicou da “reivindicação”. Mas, é sublinhado, “sem alaridos desnecessários. Não é tema”.

A mesma fonte deixa um questionamento: “E o que diremos amanhã [hoje] se a imprensa espanhola fizer a notícia de que o ministro português da Defesa pede a entrega de Olivença?”.

● Desde 1815 que Espanha não cumpre acordo



Vista aérea de Olivença e Nuno Melo que cumpriu parte do seu serviço militar nos Dragões de Olivença: o Regimento de Cavalaria N.º 3.

Ao DN, fonte da direção do grupo parlamentar do PS critica o “ruído” e o “embaraço” num tema que “não faz parte da agenda” nem de Portugal, nem de Espanha.

“Voltamos a ter o que parece ser a opinião pessoal do ministro a incidir sobre a área governativa de outro ministro, gerando ruído e

embaraço no Governo entre duas áreas de soberania decisivas [Defesa e Negócios Estrangeiros] – e gerando assim embaraço ao país – sobre um tema que não faz parte da agenda de nenhum dos Estados”, afirma.

Para o presidente do Grupo dos Amigos de Olivença (GAO), as palavras de Nuno Melo devem ser louvadas porque “não é uma pessoa qualquer, é o ministro da Defesa, numa cerimónia oficial, e ele basicamente vem afirmar aquilo que nós defendemos, que é que a soberania do território de Olivença é portuguesa”.

“E aquele território é tão português como é Peniche, como é Fafe, como é Vila Real de Santo António, como é outro território”, exemplificou Rui Carrilho.

O que o GAO exige é que o “Estado português se sente à mesa com o Estado espanhol para reivindicar aquilo que é seu e que inclusivamente o Estado espanhol se comprometeu a entregar”, afirmou Rui Carrilho.

“O Estado espanhol tem perfeita noção de que não tem o direito à soberania daquele território.”

Rui Carrilho
Presidente do Grupo dos Amigos de Olivença

“Olivença é portuguesa, naturalmente, e não é provocação nenhuma (...) aliás, por tratado, Olivença deverá ser entregue ao Estado português.”

Nuno Melo
Ministro da Defesa



Opinião
**Maria Manuel
Leitão Marques**

As comissárias europeias

O momento político em Bruxelas é agora o da composição da Comissão Europeia, o órgão executivo da UE, e a distribuição das pastas pelo Colégio de Comissários.

Há desde logo algum mal-estar devido ao facto de uma das promessas iniciais da presidente Von der Leyen – a de haver uma Comissão com equilíbrio de género, como acontece atualmente – não voltar a acontecer. Numa carta enviada em julho aos chefes de Estado, ela tinha pedido que indicassem dois nomes – um homem e uma mulher – para comissários. Poucos corresponderam, porém, a esta solicitação. Lamentando esta situação, Ursula Von der Leyen afirmou o que muitas de nós sabemos bem: se não há proatividade política para a indicação de mulheres, isso não acontece naturalmente, acrescentando que a situação inicial era ainda pior, com apenas quatro Estados-membros a indicarem mulheres.

Obviamente, este não é o único critério na escolha dos comissários/as. A sua competência é igualmente valorizada, bem como a sua experiência política e as suas ideias sobre a UE, que se encontra numa fase tão difícil da sua história, com desafios em vários planos, desde a segurança à autonomia estratégica, passando pela transição

ambiental e digital, pelas questões sociais e pela competitividade.

Compete à presidente avaliar os diferentes perfis e a distribuição de pelouros, das vice-presidências às pastas menos importantes. Sendo muitos os comissários, não há maneira de todos terem o mesmo poder e relevância dentro da Comissão. No fundo, é como se uns fossem vice-primeiros-ministros, outros ministros e outros secretários de Estado. Nesta repartição de pelouros contam, além da vocação de cada comissário, os critérios geográficos e as respetivas famílias políticas. O Executivo da União é, assim, uma coligação das forças políticas que governam os Estados-membros. De novo, o equilíbrio de género, que é um valor fundamental da União, não pode ser ignorado.

Depois dessa escolha, cada comissária/o indigitada/o terá uma audição no Parlamento Europeu nas suas respetivas Comissões, um procedimento que não é usual na formação dos Governos nacionais. Essa audição é, em geral, muito exigente na avaliação do seu conhecimento, capacidade e outros aspetos curriculares, bem como a fidelidade aos valores da União, sem esquecer os eventuais conflitos de interesse. Não se trata de uma mera formalidade. Em 2019, três comissários indigitados não passaram no crivo do Parlamento – o húngaro, a romena e a francesa. Sylvie Goulart, a indigitada pela França, foi rejeitada por larga maioria nas Comissões parlamentares que se ocupavam do seu poderoso *dossier*, entre as quais a do Mercado Interno.

Estejamos, portanto, atentos aos próximos episódios de Bruxelas, pelo menos tanto quanto nos preocupamos com a composição dos nossos próprios Governos. Na verdade, muito da nossa vida aqui depende do que for decidido lá, mesmo que isso seja em geral tão ignorado.

Eurodeputada

“

Estejamos, portanto, atentos aos próximos episódios de Bruxelas (...). Na verdade, muito da nossa vida aqui depende do que for decidido lá.”



Opinião
**Viriato
Soromenho-Marques**

O que nos ensinam os ecólogos?

Esta crónica é diferente. Corresponde a um convite da Sociedade Portuguesa de Ecologia (Speco), em associação com a Federação Europeia de Ecologia (EEF, na sigla inglesa). Desde 2017 que estas associações científicas promovem um *Dia da Ecologia*. Na edição de 2024, coincidente com este sábado, o tema proposto para reflexão é a seguinte pergunta: “O que é um ecólogo?”

Sabemos que é um praticante da ecologia, como um astrónomo é praticante da astronomia. Mas há na ecologia algo de diferente das restantes ciências. E isso ajuda-nos a responder com mais profundidade.

Podemos partir da formulação de uma académica norte-americana, Carolyn Merchant (1936), autora em 1980 de uma obra fundamental, só agora traduzida para português (*A Morte da Natureza*, editora Sempre-em-Pé). Ela afirma que a ecologia é “uma ciência subversiva”.

Para interpretarmos esta tese, tere-

mos de recuar à génese da ecologia, cujo conceito nasce em 1866, da pena de um biólogo alemão, Ernst Haeckel (1834-1919). Ele propõe a seguinte definição: “Por ecologia entendemos a ciência completa das relações do organismo com o mundo externo (*Außenwelt*) circundante, onde, num sentido mais amplo, podemos incluir todas as ‘condições existenciais.’”

Muito antes de Haeckel sublinhar como a vida é inseparável de uma totalidade de relações, orgânicas e inorgânicas, integradas num “ecossistema”, já os naturalistas do século XVIII, e até antes, o reconheciam. O sábio sueco Carl Lineu (1707-1778) popularizou o conceito de “economia da natureza”, para sublinhar que todos os habitantes do planeta, desde os humanos aos vegetais e minerais, habitavam uma mesma totalidade dinâmica. Os ecólogos estudam essa complexidade, e não hesitam em confirmar que a fecundidade sublime da existência está atravessada por tensões e fragilidades, suscetíveis de rutura e dano irreversível causados pela ação humana, impensada ou deliberadamente criminosa.

A ecologia tem sido a ciência pluridisciplinar dos limites naturais e os ecólogos os arautos da prudência na ação humana. Infelizmente, outras ciências, subordinadas às aplicações tecnológicas que as financiam, têm sido espadas afiadas no acelerado processo que, sem uma rápida e profunda travagem, acabará por transformar a Terra em mais um orbe celeste despido de vida na Via Láctea.

Apesar de a ecologia ter transbordado para a sociedade, inspirando generosos movimentos cívicos de ecologistas e ambientalistas, os governantes continuam a submeter-se à ignorância atrevida dos poderosos – como a do ex-banqueiro Mario Draghi, pressionando à mineração de lítio em Portugal. Lamentavelmente, carecemos de uma ecologia da alma humana, para iluminar a raiz da nossa pulsão suicida.

Professor universitário

“

Apesar de a ecologia ter transbordado para a sociedade, inspirando generosos movimentos cívicos (...), os governantes continuam a submeter-se à ignorância atrevida dos poderosos – como a do ex-banqueiro Mario Draghi, pressionando à mineração de lítio em Portugal.”

Gripe. Vacina de dose elevada irá prevenir milhares de internamentos

CAMPANHA Vacinação contra as infeções respiratórias na época 2024-2025 arranca a 20 de setembro. Os utentes dos 60 aos 84 anos poderão vacinar-se nas farmácias ou nos centros de saúde. Os que têm 85 ou mais anos só nas unidades de saúde. Há dois milhões de pessoas elegíveis.

TEXTO ANA MAFALDA INÁCIO

A população com 60 ou mais anos vai começar a ser vacinada contra a gripe e covid-19 a partir de 20 de setembro, mais cedo do que no ano passado, e também durante mais tempo, já que esta época irá prolongar-se até março de 2025, podendo assim, quem completar 60 anos neste período ou quem, por alguma razão, vier a integrar algum dos grupos de risco, ser vacinado também. Segundo a Direção-Geral da Saúde (DGS), a população elegível para a vacinação é de cerca de dois milhões de pessoas – desde profissionais de saúde ou cuidadores aos doentes crónicos, residentes em lares, internados em hospitais ou em cuidados continuados, em reabilitação ou pessoas com 60 ou mais anos.

Por esta razão, o Estado já adquiriu 2,1 milhões de vacinas contra a covid-19 para Portugal Continental e Regiões Autónomas e 2,5 mi-

lhões contra a gripe para o continente, sendo que a estas se juntam mais 360 mil vacinas de dose elevada que se destinam à população residente em lares e em internamento em unidades de cuidados continuados e também a todos os idosos com 85 e mais anos. Aliás, o alargamento desta vacina de dose elevada a esta faixa etária de idosos é a novidade da campanha de vacinação desta época de 2024-2025, e que o pneumologista e ex-coordenador do Gabinete de Crise contra a Covid-19 da Ordem dos Médicos, Filipe Froes, considera ser “uma mais-valia”.

Isto porque, explicou o médico ao DN, “as vacinas de dose elevada destinam-se especificamente a pessoas que têm maior incapacidade de desencadear uma resposta imunológica”, o que acontece devido ao “fenómeno do envelhecimento. A dose elevada integra quatro vezes a dose de

antigénio de uma da vacina padrão da gripe”.

Ou seja, “se a dose padrão tem 15 microgramas de cada antigénio, a dose elevada tem quatro vezes mais de cada antigénio, o que permitirá uma resposta imunológica mais forte contra o vírus, compensando o envelhecimento do nosso sistema imunitário”.

Aliás, destaca ainda, “foi precisamente para reforçar esta resposta que as entidades de saúde portuguesas, com a concordância do Governo, resolveram este ano incluir nesta campanha as pessoas com 85 ou mais anos, dando-lhes a vacina gratuitamente”.

Dose elevada reduz mortes cerca de 40% e só é dada nos centros de saúde

Filipe Froes lembra que noutros países, nomeadamente nos Estados Unidos da América, esta vacina de dose elevada “já é adminis-

trada a partir dos 65 anos”. “Pode não ser totalmente necessário, mas mal não faz, porque à medida que vamos envelhecendo, o sistema imunitário precisa de mais estimulação energética”, que aquilo que “esta vacina nos vem dar”.

O médico sustenta com exemplos, referindo que estudos realizados na Dinamarca já demonstraram que esta vacina reduz o risco de mortalidade cerca de 49%, no decurso da infeção gripal, e em cerca de 69% a necessidade de internamento. Isto significa que se, em Portugal, vacinarmos toda a população com mais de 85 anos, e partindo do princípio de que esta integra mais de 360 mil habitantes, em teoria, estaremos a prevenir milhares de mortes e cerca de 5500 hospitalizações. Esta é a grande vantagem”.

Na resposta ao DN, a DGS justifica também a administração da dose elevada a todas as pes-

soas com 85 ou mais anos para se poder “conferir uma maior proteção para a população considerada mais vulnerável, diminuindo o risco de hospitalizações”. Mas esta vacina só será administrada nas unidades de saúde, não podendo estes utentes escolher ser vacinados nas farmácias comunitárias.

Contudo, o modelo de agendamento para a vacinação nesta época é idêntico ao do ano passado, devendo a população elegível começar a receber nos próximos dias um SMS de convocatória e, mais tarde, um SMS recordatório. A DGS explica: “Nas Unidades de Saúde do SNS será realizado o agendamento local por parte dos profissionais de saúde dos CSP através do *software* SCLinico, com envio de SMS convocatória e possibilidade de reforço através de contacto telefónico”.

No caso de o utente pretender ser vacinado nas “Farmácias Comunitárias”, estas irão disponibilizar, como no ano passado, um sistema de agendamento *online*, havendo ainda o agendamento presencial ao balcão.

Questionada sobre os utentes que não reúnem critérios de elegibilidade para a vacinação, mas que querem ser vacinados, a DGS esclarece que estes só poderão integrar a campanha gratuita se “apresentarem prescrição médica”. Em relação às crianças e jovens, a DGS relembra que “de acordo com a Norma n.º 07/2024 de 04/09/2024, a vacinação é recomendada aos residentes ou internados por períodos prolongados em instituições prestadoras de cuidados de saúde (como deficientes ou utentes de centros de reabilitação), desde que tenham idade superior a 6 meses”, devendo outras situações que não estão previstas nas normas da DGS “ser avaliadas caso a caso pelo médico assistente do utente”.

Para Filipe Froes esta campanha traz outra novidade: “A antecipação da vacinação e o seu prolongamento, que permitirá abranger os períodos previsíveis de maior atividade destes vírus.” Argumentando: “No ano passado, o pico da atividade gripal ocorreu na semana 52, por volta do dia 28 de dezembro, que foi depois precedida por um aumento da atividade da covid-19. Ou seja, se começarmos a vacinar agora estaremos a proteger a população para um aumento da atividade covid previsível para os próximos meses e um pico da atividade gripal mais previsível para o final do ano.”

anamafaldainacio@dn.pt



Campanha de vacinação vai durar até março do ano que vem.

PEDRO CORREIA / GLOBAL IMAGES



Despacho instrutório, revelado em 2021, reduziu crimes imputados pelo Ministério Público a apenas seis.

Supremo pode dizer quem julga *Processo Marquês*

JUSTIÇA Ivo Rosa considera-se impedido de refazer decisão instrutória por ser desembargador. Mas Sofia Marinho Pires pode manter recusa.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

A recusa de Ivo Rosa em retomar o *Processo Marquês*, depois de a Relação de Lisboa ter decidido que a sua decisão instrutória teria de ser reformulada, na sequência dos recursos do Ministério Público, de José Sócrates e de Carlos Santos Silva, pode levar a que o Supremo Tribunal de Justiça tenha de resolver um conflito negativo de jurisdição num dos mais mediáticos megaprocessos da Justiça nacional. Basta que a juíza Sofia Marinho Pires, substituta de Ivo Rosa no Tribunal Central de Instrução Criminal quando este passou a ser desembargador, mantenha firme a decisão de não aceitar ser titular do processo.

Segundo o presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, João Massano, a resolução do conflito negativo de jurisdição, que “surge quando dois ou mais juizes se declaram incompetentes para julgar um determinado processo”, implicará que o caso seja submetido ao Supremo Tribunal de Justiça, ao qual caberá analisar as posições de Ivo Rosa e Sofia Marinho Pires. Feita essa análise, “emitirá uma decisão vinculativa,

determinando qual dos magistrados tem efetivamente competência para julgar o processo”.

O mais recente imbróglio do megaprocessos decorrente da *Operação Marquês* teve início em março, quando a Relação de Lisboa deu provimento aos recursos apresentados pelo Ministério Público, por José Sócrates e por Carlos Santos Silva, anulando a decisão instrutória de Ivo Rosa – acusada de consistir numa narrativa que alterava de forma substancial os factos constantes da acusação da *Operação Marquês*, nomeadamente ao apontar Carlos Santos Silva como corruptor de

Supremo Tribunal de Justiça emitirá uma decisão vinculativa sobre qual dos dois magistrados tem competência para julgar o processo, explica João Massano.

José Sócrates e não como seu testa de ferro – e devolvendo o processo ao Tribunal Central de Instrução Criminal.

Como Ivo Rosa se tornara entretanto desembargador, foi atribuído à juíza Sofia Marinho Pires, que entendeu não ser sua responsabilidade, e sim do autor da polémica decisão de mandar julgar o ex-primeiro-ministro e o empresário por apenas seis crimes de falsificação de documentos e branqueamento de capitais, em vez dos 32 que constavam da acusação do Ministério Público.

A juíza mandou notificar o desembargador, tendo a Relação de Lisboa informado que Ivo Rosa se encontrava ausente, em regime de baixa médica e sem data de regresso definida. Perante isso, chegou a marcar o novo debate instrutório, mas a defesa de Sócrates alertou que o juiz regressara ao trabalho, insistindo para que ficasse encarregado do processo. Sofia Marinho Pires voltou a notificá-lo, tendo este feito na quinta-feira um despacho, revelado pelo *Expresso*, no qual defende que, por falta de jurisdição, “está impedido de tramitar os presentes autos e de proferir o ato processual em causa”.

Governo recomenda às escolas que proíbam uso de *smartphones* até a professores

EDUCAÇÃO É aconselhado aos docentes usarem o telefone só em espaços “não acessíveis a alunos”.

TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

O Ministério da Educação (ME) enviou às escolas um documento com recomendações para o uso de telemóveis e aconselha a que as mesmas sejam cumpridas por toda a comunidade escolar. Isto inclui professores e auxiliares de educação.

Garantindo que o Governo tem “um compromisso com a transição digital” e que, por isso, as recomendações da proibição do uso de telemóveis no 1.º e 2.º ciclos e da utilização responsável no 3.º e ciclo e Secundário não significam um retrocesso, o ME enviou um extenso documento às escolas, onde explica os objetivos dessas decisões e pede que as medidas aplicadas aos alunos sejam extensíveis aos professores e ao pessoal não-docente.

“Primeiro, na aprendizagem, prejudicando a capacidade de concentração das crianças e jovens. Segundo, na vida comunitária, favorecendo o isolamento em vez da partilha, da atividade física e da interação social. Terceiro, no bem-estar mental, potenciando situações de dependência, de ansiedade ou depressão, de falta de sono, entre outro tipo de problemas. São esses riscos que as recomendações propostas neste documento visam mitigar, em particular, em relação à utilização dos *smartphones*”, explica.

No documento, o Executivo

recorda que, em outubro de 2023, o Conselho de Escolas recomendou que fossem os agrupamentos de escolas/escolas não-agrupadas, no âmbito da sua autonomia, a decidir pela imposição ou não de restrições à utilização do telemóvel no espaço escolar”.

O ME propõe várias opções às escolas, para deixar os telemóveis fora das salas de aula e recreios, que podem passar por: “Criar espaços e atividades alternativas de caráter lúdico para os tempos livres dos alunos; restringir a entrada de *smartphones* no espaço escolar; recolher os *smartphones* no início da jornada escolar em locais adequados ao seu depósito, com a devida identificação, definir consequências de incumprimentos das regras, que sejam eficazes e percecionadas como justas, e comunicar e dar a conhecer de forma transparente as regras de utilização e as consequências do incumprimento das mesmas, conforme disposto no Estatuto do Aluno e explanadas no Regulamento Interno, à comunidade educativa, nomeadamente, aos alunos e às famílias.”

No comunicado, o ME pede que as regras também sejam cumpridas por professores e pessoal não-docente e pede que estes os usem “apenas em utilizações de caráter profissional, ou que a sua utilização seja feita em espaços não-acessíveis aos alunos”.

PUB

**ALUGA-SE QUARTO
EM CARNAXIDE
A PROFESSORA
OU ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA
Contactar: 965 693 621**



Opinião Catarina Marques Rodrigues

Precisamos da lucidez de Amílcar Cabral

Foi há 100 anos que nasceu um dos maiores heróis da liberdade. A sua ideia não era inovadora, mas a sua dedicação tornou-o no “pai” da independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

As colónias portuguesas estavam em guerra com o colonizador desde 1961, e o fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) era um dos principais líderes do movimento. Amílcar Cabral tinha a lucidez que hoje em dia escasseia, seja no discurso de alguns protagonistas políticos ou no debate público-digital em so-

riedade. Dizia: “Nós nunca confundimos o ‘colonialismo português’ com o ‘povo de Portugal’, e temos feito tudo para preservar, apesar dos crimes cometidos pelos colonialistas portugueses, as possibilidades de uma cooperação eficaz com o povo de Portugal, numa base de independência, de igualdade de direitos e de reciprocidade de vantagens seja para o progresso da nossa terra, seja para o progresso do povo português. O povo português está submetido há cerca de meio século a um regime que, pelas suas características, não pode ser deixado de ser chamado fascista.

A nossa luta é contra o colonialismo português.”

Amílcar Cabral sabia separar o sistema da base, atentava ao con-

“

Precisamos de lucidez e de clareza para atacar um problema que não ficou resolvido nem com Cabral, nem depois dele.”

texto, tinha uma visão estruturada da dominação colonial, do dominador e dos outros dominados por outras opressões. O seu foco era claro, sem dispersões. A confusão de problemas e culpados é precisamente uma das raízes mais fortes a manter o racismo vivo.

Sempre que um caso de violência racista é noticiado, e que se lembra que existe muito racismo em Portugal, surge sempre quem queira resumir esta assunção a uma culpabilização geral dos portugueses, e que garanta que nomear um problema num país é antagonizar todos os seus habitantes.

Cheira a populismo, pois claro, ótimo para dividir a população, para que reinem aqueles que se deleitam a pôr uns contra os outros. Entretanto, os problemas continuam e sacodem-se responsabilidades.

Dizer que Portugal tem uma estrutura racista é constatar o impacto do passado que nos trouxe até aqui (do qual não somos responsáveis diretos, é certo, mas com o qual beneficiámos através

dos privilégios herdados por gerações anteriores à nossa). É estar atento à diversidade não-existente na política (daí que, quando existe uma pessoa negra a ocupar um lugar, seja usado como bandeira ou como destaque noticioso), na academia, na medicina e em outras profissões liberais. É observar as áreas em que há mais pessoas negras presentes – são elas que limpam os nossos escritórios, as nossas casas, as casas de banho de espaços públicos.

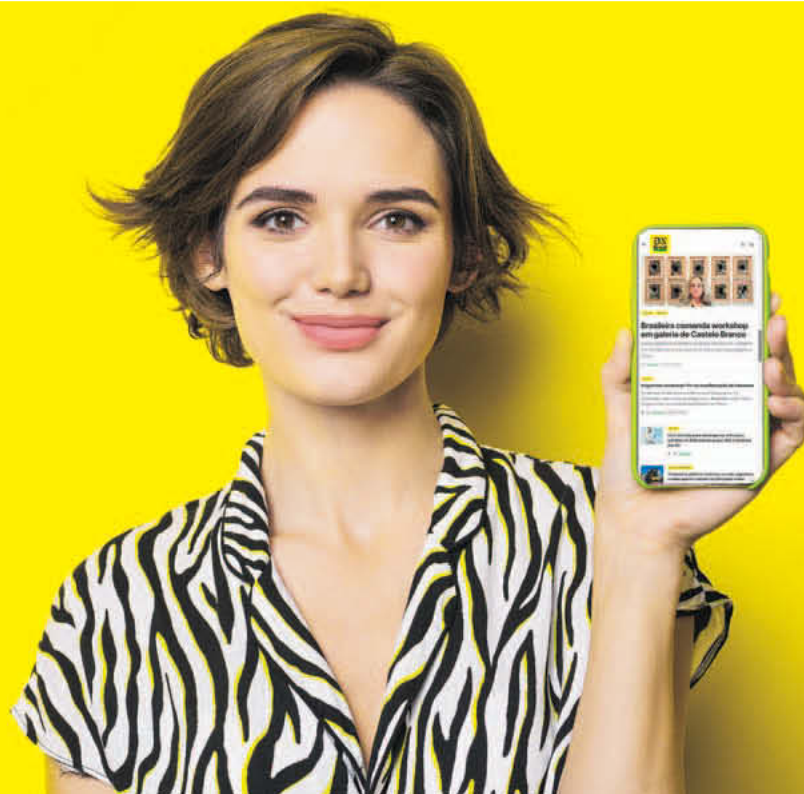
Conso o ouvir alguém responder: “Mas também há pessoas brancas!”. Há, claro. Mas a diversidade cinge-se a áreas específicas, ao passo que noutras o quadro é praticamente branco.

Precisamos de lucidez e de clareza para atacar um problema que não ficou resolvido nem com Cabral, nem depois dele. Mas para isso precisamos também de um pouco da sua coragem e de muita da sua vontade. Será que a temos?

Jornalista
especialista em igualdade de género

PUB

Notícias para brasileiros que já vivem ou que pretendem viver em Portugal



Todas as primeiras segundas-feiras de cada mês, junto com o seu
Diário de Notícias





Opinião Anselmo Borges

O Homem: questão para si mesmo 6. A tensão de um corpo-pessoa

Raramente alguém disse de modo tão realista o ser humano na sua tensão como Vergílio Ferreira neste texto magnífico: “Um corpo e o que em obra superior ele produz. Como é fascinante pensá-lo. Um novelo de tripas, de sebo, de matéria viscosa e repelente, um incansável produtor de lixo. Uma podridão insofrida, impaciente de se manifestar, de rebentar o que a trava, suscitada a custo a toda a hora para a decência do convívio, um equilíbrio difícil em dois pés precários, uma latrina ambulante, um saco de esterco. E simultaneamente, na visibilidade disso, a harmonia de uma face, a sua possível beleza e sobretudo o prodígio de uma palavra, uma ideia, um gesto, uma obra de arte. Construir o máximo da sublimidade sobre o mais baixo e vil e asqueroso. Um homem. Dá vontade de chorar. De alegria, de ternura, de compaixão. Dá vontade de enlouquecer.”

O Homem vive-se a si mesmo numa tensão insuperável.

Por um lado, o corpo é o seu peso, a sua limitação – parece que, se fôssemos espírito puro, poderíamos, por exemplo, estar em todo o lado. Com o tempo, o corpo decai, envelhece e, aparentemente, envilece-nos. Adoecemos e desmoronamo-nos. Depois, com a morte, o que resta do corpo é lixo biológico e coisa que apodrece. Referindo-se ao nascimento, Santo Agostinho, nada exaltado, tem estas palavras cruas: “*inter faeces et urinam nascimur*”, nasce-mos entre fezes e urina.

E, aqui, faço uma observação fundamental: ele usa a passiva para o nascimento: *nascimur* (somos nascidos). Em português, usamos a activa: nascemos, nasci, outras línguas usam a passiva: *natus sum, soynacido, suis né, bin geboren, am born, sono nato...* De facto, alguém se lembra do seu nascimento e decidiu nascer? Foi muito, muito lentamente que fomos dando conta de nós até tomarmos consciência de nós como um “eu” – é isso: afirmamo-nos, assentes numa passividade originária.

Por outro lado, será sempre misterioso um corpo que fala: produz sons que encarnam e transmitem sentido. Um olhar é sempre a visita do in-finito. Um corpo humano canta, ora, sorri, produz obras de arte, que param o tempo e visibilizam a

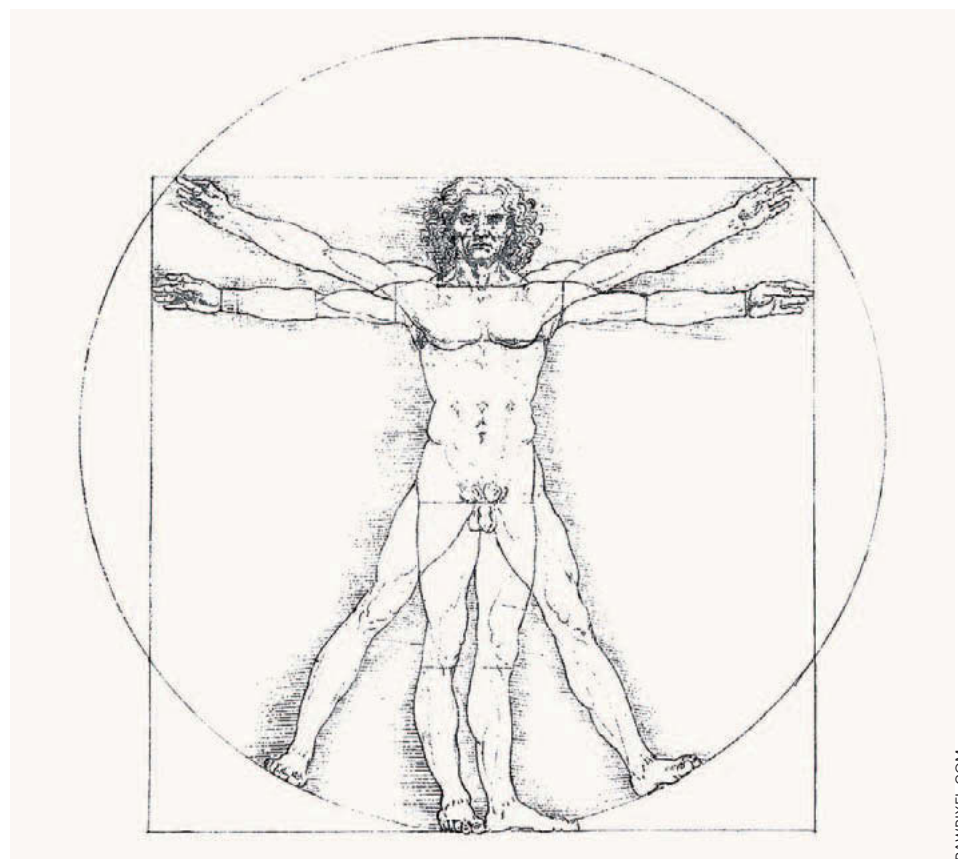
transcendência. De um bloco de mármore Miguel Ângelo arranca a *Pietà*; misturando tintas, Van Gogh põe à vista as *Botas com atacadores* e Leonardo, a *Última Ceia*. Com instrumentos de sopro, de percussão e de cordas e vozes, corpos executam música, a mais utópica das artes (E. Bloch), que nos leva lá para onde nunca estivemos, mas aonde queremos sempre voltar de novo.

Um corpo humano desabrocha como alguém perante outro alguém. Quando dois corpos humanos se abraçam são duas pessoas que dizem uma à outra quanto se querem bem. E mais uma vez Vergílio Ferreira, exprimindo a vivência do corpo pessoal e interpessoal: “Mónica, minha querida. Porque o teu corpo não é só o teu corpo. Não é isso, não é isso. É entrar em ti, e a tua pessoa estar lá.”

E o corpo humano é um corpo livre, que não se entende como se fosse uma máquina, nem na simples continuidade da explicação biológica. É um corpo capaz de dizer não ao que a biologia pede – é um asceta da vida, não fica submerso nas suas necessidades. Então, exprime liberdade. E a liberdade é o salto milagroso. Kant escreveu que é impossível compreender a produção de um ser dotado de liberdade por uma operação física, sendo mesmo difícil, se não impossível também, compreender como pode o próprio Deus criar seres livres.

Por isso, o materialismo mecânico ou biológico não dá conta do Homem. Mas quem defender uma concepção dualista de Homem – um composto de alma e corpo, matéria e espírito – terá de responder à pergunta daquela criança de uma estória ingénua: diante do cadáver da avó, o miúdo perguntou à mãe o que é que estava a acontecer. A mãe foi-lhe explicando que a avó tinha morrido e que a alma dela tinha ido para Deus e o corpo ia para a terra. Quando ela própria morresse, também ia ser assim: a alma iria para Deus e o corpo para o cemitério. E continuou, angustiada: “Sabes, meu filho, quando tu morreres, a tua alma vai ter com Deus e o teu corpo fica no cemitério.” Aí, o miúdo observou, perplexo: “A minha alma vai ter com Deus e o meu corpo vai para o cemitério. E eu?”

Há o corpo fisiológico, anatómico – quando vou ao médico, espero que perce-



ba de anatomia. Mas também há o corpo fora da anatomia – quando vou ao médico, espero que me trate como pessoa e não como simples corpo, à maneira de máquina desarranjada que ele, como técnico especializado, vai recompor. Tenho corpo, mas sou corpo. Eu sou um corpo que diz “eu” e, portanto, vivo-me a mim mesmo por dentro como corpo-sujeito, corpo-pessoa. E também os outros, todos os outros são corpo-pessoa, vivendo-se a si

mesmos como sujeitos. O Homem transcende o simplesmente biológico. “Começou a ser Homem tentando criar beleza”, escreveu Pedro Laín Entralgo. E vive do gratuito: cria e contempla a beleza, é o ser “criativamente possuído pelo fascinante esplendor do inútil” (G. Steiner). Para sobreviver, não precisava de investigar na mecânica quântica... O que ganha no tempo dedicado aos mortos? No entanto, o tempo que gastamos inutilmente – inutilmente? – com os mortos!...

Ser Homem é viver esta tensão, numa arte quase impossível. Porque permanentemente espreita o perigo de coisificar o corpo ou de desprezá-lo, refugiando-se num idealismo angélico. Mas já Pascal preveniu: “O Homem não é anjo, nem é besta, e, desgraçadamente, quem quer fazer de anjo faz de besta.”

Padre e professor de Filosofia.
Escreve de acordo com a antiga ortografia

“**Já Pascal preveniu:
“O Homem não é anjo,
nem é besta,
e, desgraçadamente,
quem quer fazer de anjo
faz de besta.”**

3.º ENCONTRO DO COMITÉ CIENTÍFICO E CONSULTIVO DA MERCADONA



FOTOS: JOSÉ CARMO

Comité atento aos desafios da segurança alimentar

MERCADONA Comité Científico da Mercadona está atento a todas as áreas de investigação alimentares e não alimentares.

O ato de comer tem muito mais que se lhe diga do que aparenta. Raramente questionamos aquilo que temos no prato, mas o certo é que por detrás da simples garfada

que metemos à boca existem inúmeras preocupações dos profissionais de segurança alimentar.

Comer pode até ser perigoso, quando acrescentamos à equação questões alérgicas, ou in-

terações de todo o tipo que podem influenciar o tempo de vida útil de um determinado alimento, ou alterar as suas características. Dos microrganismos que desafiam a indústria alimentar, a todos os aspetos a

ter em conta na cadeia de montagem, desde o fornecedor ao embalamento, passando pelo distribuidor, até chegar a casa dos consumidores, são inúmeras as questões que se levantam.

Estes foram os principais temas abordados esta quinta-feira no 3.º encontro do Comité Científico da Mercadona (CCM), que decorreu em Vila Nova de Gaia, na sede da empresa de distribuição alimentar. Aos sete investigadores portugueses do CCM de Portugal, criado em 2022, juntaram-se vários especialistas espanhóis por videoconferência para debater “os ciclos das novas tendências em segurança alimentar”.

Juan José Badiola, presidente do Comité Científico da Mercadona (CCM) em Espanha, Catedrático de Saúde Animal da Faculdade de Veterinária da Universidade de Saragoça, esteve em Portugal para assistir aos debates, que contaram

também com a participação de especialistas de entidades reguladoras na área da saúde alimentar na distribuição.

Como facilmente se depreende, num Mundo em que as preocupações ambientais e a gestão de recursos são mais importantes do que nunca. As embalagens tecnologicamente mais avançadas, decisivas para a conservação e prolongamento do tempo útil de vida de um determinado produto, as questões que se levantam com os alimentos frescos, ou prontos a comer, quando envolvem riscos alérgicos também foram discutidos.

As alergias alimentares e tudo aquilo que interfere na sua prevenção, desde os métodos de medição de todo o tipo de substâncias, à harmonização de valores de referência que possam ser controlados para proteger o consumidor também entraram em linha de conta.

Aposta em embalagens recicláveis, sustentáveis e inteligentes são objetivo

METAS Mercadona trabalha em estreita ligação com investigadores na procura de soluções.

Conjugar a segurança alimentar com a sustentabilidade é uma meta europeia, que tem colocado inúmeros desafios à indústria embaladora, que vem procurando materiais novos, ou trabalhando em circuitos em que o material reciclado volte à cadeia para ser reutilizável. “Já existem algumas embalagens ativas e inteligentes. As esponjas das embalagens de carne, por exemplo, são uma parte ativa da embalagem, porque absorvem o que a carne liberta e isso não só ajuda a prolongar o tempo útil do produto, como a conservá-lo em melhores condições”, explicou Fernanda Vilarinho, membro do Comité Consultivo.



Fernanda Vilarinho, membro do Comité.

A Mercadona tem procurado estratégias para conservar alimentos em embalagens que os protejam e permitam prolongar os seus tempos de validade e reduzir o desperdício alimentar. Para completar o quadro, a colaboração com a indústria embaladora tem procurado conjugar boas práticas alimenta-

res com o estilo de vida dos consumidores, que raramente se apercebem da forma como tratam os alimentos depois de os adquirir. Por exemplo: lavar a carne antes de consumir, o que até é um perigo maior. A falta de literacia alimentar obriga a aprender a comunicar com os clientes.

Rotulagem clara e fidedigna para reforçar confiança do consumidor

CONSUMO Alergias alimentares são um desafio para a distribuição, que tem de atuar em várias frentes para as limitar.

Estima-se que 10 por cento da população mundial sofra de alergias alimentares e que a tendência é para que o número continue a aumentar. As alergias são cada vez mais persistentes e são inúmeras as variáveis que interferem neste quadro. “Os regulamentos dizem que há 14 substâncias que podem provocar alergia ou intolerância e que têm de ser rotuladas. Não podemos deixar o consumidor na dúvida, pelo que a rotulagem tem de ser cada vez mais eficaz e mais confiável”, explicou Inês Pádua, uma das especialistas do Comité Científico da Mercadona (CCM).

Duarte Torres, mem-



Duarte Torres.



Inês Pádua.

bro do CCM, aponta o consumo de alimentos processados como outro fator que contribui para o crescimento das alergias alimentares: “Portugal consome cerca de 20 por cento de calorias em alimentos processados,

enquanto em Inglaterra e Estados Unidos esses valores ultrapassam os 40 por cento. Consumimos poucas fibras, ou seja, vegetais e cereais integrais e este cenário também contribui para esse aumento”.

Leonor Fernandes “Para a Mercadona é importante estar um passo à frente”

ENTREVISTA Responsável pelo Comité Científico da Mercadona evidencia o compromisso da cadeia com a qualidade e segurança alimentar dos seus produtos.

Leonor Fernandes lidera o Comité Científico da Mercadona (CCM) de Portugal e garantiu que a investigação que se tem feito em matéria de segurança alimentar coloca a empresa de distribuição um passo à frente na indústria alimentar.

É importante a Mercadona estar um passo à frente na investigação que vem desenvolvendo no capítulo da segurança alimentar?

Normalmente, tudo corre bem, mas quando não corre é fundamental contar com este apoio do nosso Comité Científico e dos seus profissionais. São especialistas em temas diferentes e dão-nos apoio técnico em toda a cadeia de distribuição. Nesta área precisamos de estar sempre atentos. É importante estarmos um passo à frente na distribuição para estarmos preparados, quando as coisas chegarem até nós. Não podemos estar à espera que aconteça uma crise de segurança alimentar para estarmos preparados. O comité surgiu, precisamente, da preocupação que temos com a segurança alimentar dos nossos produtos.

Tendo em conta a dificuldade em harmonizar uma série de questões e de normas, há a preocupação da parte da Mercadona em privilegiar os produtos locais?

Em Portugal tentamos ser portugueses e privilegiamos os fornecedores portugueses. Mas obviamente isso nem sempre é possível. Como vivemos na União Europeia, tudo o que vendemos tem de estar de acordo com a legislação europeia e portuguesa. Portanto, não há a mínima abertura para falhas.



Em relação às questões levantadas pelas alergias, de que forma é que a Mercadona tenta proteger os seus consumidores?

É um tema muito sensível por causa da discrepância que existe entre pessoas

alérgicas. Ao mesmo produto, uma pessoa pode ter uma reação e outra pessoa pode ter outra. Aquilo que fazemos é informar o consumidor se o produto tem ou não tem um alérgico e quando falamos de alérgico são aqueles que somos obrigados a declarar. Não temos dúvidas: preferimos informar o nosso consumidor, mesmo que sejam vestígios. Mas os nossos consumidores podem ficar descansados, porque vendemos produtos seguros e a formação do nosso comité serve para prevenir e para que os nossos clientes continuem a confiar em nós.

“Com a legislação europeia não há a mínima abertura para falhas”.

Os mísseis pedidos por Zelensky que levam Putin a ameaçar o Ocidente

TENSÃO Rússia repete na ONU que decisão de Londres e Washington sobre mísseis de longo alcance equivale à NATO fazer parte da guerra.

TEXTO CÉSAR AVÓ



Missil M57A1 ATACMS lançado de um sistema HIMARS.



Missil Storm Shadow em exposição.

A pressão para que britânicos e norte-americanos tomem ou não a decisão de permitir que Kiev use armamento ocidental a atingir solo atingiu um novo patamar. Depois de o líder russo, na véspera, ter equiparado tal autorização a que a NATO estivesse na prática em conflito com o seu país, o seu embaixador nas Nações Unidas fez eco do aviso de Vladimir Putin. Em Kiev, Volodymyr Zelensky disse que as suas forças necessitam das armas de longo alcance para “mudar o curso da guerra” e “forçar a Rússia a procurar a paz”. Os mísseis anglo-franceses Storm Shadow/SCALP e os mísseis norte-americanos ATACMS, já usados pela Ucrânia em território ocupado pela Rússia são a peça central

desta escalada, em resultado das notícias de que a Rússia irá começar a usar centenas de mísseis balísticos iranianos.

As ameaças por parte de Moscovo são recorrentes de cada vez que se diz que o Ocidente está a cruzar uma linha vermelha no apoio à Ucrânia. Quando se noticiou a possibilidade dos referidos mísseis serem transferidos para Kiev, no ano passado, a propagandista Margarita Simonyan sugeriu na TV que era altura de se enviar para o Reino Unido os dois agentes responsáveis pelo envenenamento do ex-agente duplo Sergei Skripal. O ex-presidente Dmitri Medvedev já ameaçou tantas vezes dar uso ao arsenal nuclear que ninguém o leva a sério. E o homem que, em última instância, decide? Vladimir Putin

Soldados de Azovstal libertados

49 prisioneiros ucranianos, 23 dos quais mulheres, entre soldados, polícias e civis, foram libertados pela Rússia através da fronteira da Bielorrússia, no que foi a 56.^a troca de detidos entre o invasor e o invadido. Entre os libertados há 15 militares da Brigada Azov, que defenderam até ao fim a Siderurgia Azovstal, em Mariupol, e o médico que dirigia o hospital militar na mesma cidade, ocupada pela Rússia desde abril de 2022. Em junho, Vladimir Putin disse que a Rússia tinha mais de 4600 ucranianos atrás das grades.

também já fez várias advertências no passado, mas por norma usa uma linguagem mais contida. Desta vez optou pela dramatização. “Se a decisão de levantar as restrições for realmente tomada, isso significará que, a partir desse momento, os países da NATO estão a conduzir uma guerra direta com a Rússia”, disse o embaixador russo Vassily Nebenizia no Conselho de Segurança da ONU, reiterando a mensagem do seu líder na véspera. “Nesse caso, teremos, como compreendem, de tomar as decisões pertinentes, com todas as consequências que os agressores ocidentais teriam.”

Moscovo fez saber há dias que se prepara para rever a sua doutrina nuclear e estabelece que a Rússia pode utilizar armas nu-

cleares em caso de ataque nuclear por parte de um inimigo ou se um ataque convencional “ameaçar a existência do Estado”.

A Ucrânia já usou armamento ocidental em território russo, quer na incursão surpresa iniciada em agosto em Kursk, quer em bombardeamentos limitados e autorizados pelos EUA na região fronteira de Kharkiv quando, em maio, as forças russas tentaram uma nova invasão naquela região do nordeste do país. Além disso, em maio, o presidente francês Emmanuel Macron já dera autorização para que os SCALP fossem utilizados em território russo, desde que visando alvos militares usados para atacar a Ucrânia.

Os especialistas militares não acreditam que o levantamento

COMPARATIVO

STORM SHADOW/SCALP ATACMS

ORIGEM

Projeto anglo-francês datado de 1996 pelas empresas British Aerospace e Matra, é hoje fabricado pelo consórcio MBDA detido pela Airbus, pela britânica BAE Systems e pela italiana Leonardo.

O conglomerado norte-americano Ling-Temco-Vought (entretanto extinto) desenhou o míssil balístico em 1986, e mais tarde a Lockheed Martin fabricou-o.

CARACTERÍSTICAS

Como o nome completo de versão francesa indica (*Système de Croisière Conventionnel Autonome à Longue Portée – Emploi Général*), é um míssil de cruzeiro de longo alcance. É lançado do ar.

O MGM-140 *Army Tactical Missile System* é um míssil balístico tático lançado de sistemas de lançamento múltiplo de superfície (M70 MLRS ou HIMARS).

VELOCIDADE

Ao atingir 1163km/h fica no limiar abaixo do sônico.

Atinge a velocidade máxima de 3700km/h, ou seja, cerca de três vezes a velocidade do som.

OGIVA

450 quilos.

242 quilos.

ALCANCE

Dependendo da versão, 250 quilômetros ou mais do dobro. A versão enviada até agora era a de menor alcance.

Também consoante a versão, até 165 quilômetros ou até 300 quilômetros.

PREÇO UNITÁRIO

850 mil euros, segundo dados de 2023 do Institut Français des Relations Internationales.

Cerca de 700 mil euros, segundo dados relativos à aquisição pelo Departamento de Defesa dos EUA em 2020.

das restrições vá mudar o rumo da guerra, até devido ao número limitado de unidades ao dispor, e do desequilíbrio em favor de Moscovo no que concerne ao número de militares, de peças de artilharia e de munições ao dispor – mas traria óbvias vantagens para Kiev. Ouvido pela BBC, Matthew Savill, do *think tank* Rusi, diz que a liberdade de ação ucraniana quanto aos alvos militares colocaria um dilema à Rússia no que respeita ao posicionamento das defesas aéreas, o que poderia facilitar a passagem dos drones ucranianos. Por outro lado, Savill crê que se os Storm Shadow avançarem, os ATACMS acabarão por ser desbloqueados.

Ao *The Times*, Ben Barry, do britânico International Institute for Strategic Studies explica quais

“É como comparar uma faca e um garfo: pode fazer-se um pouco com um ou outro, mas é melhor usar os dois em conjunto”, diz o perito Ben Barry sobre o Storm Shadow e o ATACMS.

os pontos fortes dos supersônicos mísseis norte-americanos, conhecidos pela sua precisão: “Têm uma ogiva concebida para explodir à superfície, pelo que são muito bons para alvos como baterias de artilharia, quartéis-generais de divisões, paióis e instalações de mísseis antiaéreos.” Tendo em conta o Storm Shadow, disse: “É como comparar uma faca e um garfo: pode fazer-se um pouco com um ou outro, mas é melhor usar os dois em conjunto.” George Barros, do norte-americano Instituto para o Estudo da Guerra (ISW), identificou nada menos do que 245 alvos militares que a Ucrânia poderia atingir com os ATACMS e disse que “a lista é conservadora”, uma vez que “identifica apenas uma parte de todos os alvos militares” ao alcance daqueles mísseis balísticos.

E o que faz o míssil de cruzeiro anglo-francês? Lançado de aviões, pode voar a uma altitude tão baixa quanto 30 metros e dizem os peritos que são ideais para penetrar em *bunkers*, atingir depósitos de combustível, postos de comando e centros logísticos. Fora da equação estão os mísseis Taurus, de fabrico germânico. O chanceler Olaf Scholz voltou a rejeitar tal hipótese, contra a opinião dos parceiros de coligação e dos democratas-cristãos, na oposição. O social-democrata teme que tal medida eleve o conflito para outro patamar.

Foi contra esta cautela que o presidente ucraniano voltou a manifestar-se na sexta-feira, classificando a situação de “humilhante para o mundo democrático”. Acusou o Ocidente de ter demasiado “medo” para sequer encarar a hipótese de abater os mísseis e drones russos que se dirigem para o seu território. “Se os aliados estão a abater conjuntamente mísseis e drones no Médio Oriente, porque é que ainda não existe uma decisão semelhante para abater conjuntamente mísseis russos e Shaheds [drones iranianos] nos céus da Ucrânia? Têm medo até de dizer ‘estamos a trabalhar nisso’”. Sobre as armas de longo alcance disse que “qualquer pessoa que veja no mapa a partir de onde a Rússia ataca, onde treina forças e mantém reservas, onde estão localizadas as instalações militares e quais as rotas de abastecimento que utiliza, qualquer pessoa que veja tudo isto compreende obviamente porque é que a Ucrânia precisa” delas.

cesar.avo@dn.pt

Kim Jong-un quer aumentar a produção norte-coreana de armas nucleares

ARMAMENTO Coreia do Norte mostrou pela primeira vez instalações de enriquecimento de urânio.

TEXTO ANA MEIRELES

A Coreia do Norte divulgou ontem pela primeira vez imagens da sua instalação de enriquecimento de urânio, feitas durante uma visita do líder Kim Jong-un, que pediu mais centrífugas para aumentar o arsenal nuclear do país.

Kim visitou o Instituto de Armas Nucleares e a “base de produção de materiais nucleares para armas”, segundo a Agência Central de Notícias da Coreia, sem fornecer a localização do complexo ou a data da visita. Segundo a mesma fonte, o líder norte-coreano “ênfaticamente a necessidade de aumentar ainda mais o número de centrífugas, a fim de aumentar exponencialmente as armas nucleares para autodefesa”, mas também “a necessidade de estabelecer uma meta mais elevada de longo prazo na produção dos materiais nucleares necessários”.

Os programas de armas nucleares da Coreia do Norte são proibidos pelas sanções da ONU, mas o país desrespeita estas restrições, graças, em parte, ao apoio da Rússia e da China. A Coreia do Sul criticou Pyongyang pela instalação de enriquecimento de urânio e pelos seus objetivos de au-

mentar a produção de materiais para armas nucleares táticas. É “uma clara violação de uma série de resoluções do Conselho de Segurança da ONU”, referiu ontem um porta-voz do Ministério da Unificação de Seul.

Acredita-se que a Coreia do Norte tenha várias instalações de enriquecimento de urânio, incluindo uma na sua Central Nuclear de Yongbyon, que Pyongyang supostamente desativou após negociações, embora tenha reativado o complexo em 2021. Na opinião de Hong Min, analista sénior do Instituto Coreano para a Unificação Nacional, a instalação revelada esta sexta-feira é “altamente provável que seja o local de Kangson”, outro complexo nuclear ultrassecreto perto de Pyongyang.

Esta revelação foi feita no dia em que o secretário do Conselho de Segurança da Rússia, Sergei Choigou, foi recebido por Kim Jong-Un, no âmbito da “continuação de um diálogo estratégico”, anunciaram as autoridades russas. Os dois países têm-se aproximado mais desde que Moscovo invadiu a Ucrânia, com os aliados de Kiev a acusar a Coreia do Norte de fornecer armas à Rússia.

Com AGÊNCIAS



Kim Jong-un visitou instalação de enriquecimento de urânio.



Edmundo González foi recebido ontem pelo antigo primeiro-ministro espanhol Mariano Rajoy.

Madrid e Caracas à beira de uma crise diplomática

TENSÃO Venezuela ordenou o regresso a casa da sua embaixadora em Espanha após as declarações da ministra da Defesa sobre Maduro.

TEXTO ANA MEIRELES

A relação diplomática entre Espanha e Venezuela estava ontem muito próxima de uma crise, depois de o ministro dos Negócios Estrangeiros venezuelano, Yvan Gil, ter convocado o embaixador espanhol para uma reunião e ordenar que a embaixadora de Caracas em Madrid voltasse para casa para “consultas”. Decisões tomadas depois de a ministra da Defesa espanhola, Margarita Robles, ter dito na quinta-feira que o Governo do presidente Nicolás Maduro é uma “ditadura” e expressado o seu apoio aos “venezuelanos que tiveram de deixar o seu país” por causa do seu regime. Comentários que Gil classificou de “grosseiros e insolentes”.

Caracas também não gostou do encontro entre o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, com o candidato da oposição venezuelana, Edmundo González, que fugiu para a Espanha no domingo e pediu asilo. Esta reunião ocorreu horas depois de o líder do Parlamento venezuelano ter pedido o corte dos laços com Madrid. Mas ontem, Espanha tentou acalmar o tom da retórica entre os dois países,

insistindo que era direito da Venezuela exercer a sua “decisão soberana”.

“Já chamei embaixadores várias vezes – a retirada é uma decisão soberana de cada Estado”, insistiu o líder da diplomacia espanhola, José Manuel Albares, sublinhando que “estamos a trabalhar para ter as melhores relações possíveis com os nossos primos fraternos na Venezuela”.

A tensão entre Madrid e Caracas estendeu-se também ao plano interno da política espanhola, com o Partido Popular a exigir que seja retirado o embaixador de Espanha na Venezuela. “Parece inacreditável que este Governo retire o embaixador na Argentina, que é uma democracia, e ainda mantenha o da Venezuela, que, embora Sánchez não veja isso, é uma ditadura”, declarou ontem o vice-secretário para os Assuntos Internacionais do PP, Esteban González Pons.

Antes, o líder dos populares, Alberto Núñez Feijóo, tinha voltado a exigir o reconhecimento de Edmundo González como presidente eleito da Venezuela, acusando o Governo de “não defender a democracia na Venezuela”. “Infelizmente, o Governo não só

ignorou o resultado eleitoral na Venezuela, mas também o mandato do Congresso”, declarou ainda Feijóo. Na quarta-feira, o Congresso aprovou uma resolução do PP a exortar o Governo a reconhecer González “como legítimo vencedor” e como “presidente eleito” da Venezuela. No entanto, o Governo insiste na ideia de tomar uma posição conjunta com o resto da União Europeia, querendo manter as pontes com o regime venezuelano.

Depois de ter sido recebido na quinta-feira por Pedro Sánchez, ontem Edmundo González teve encontros, separados, com dois antigos chefes de Governo de Espanha, o popular Mariano Rajoy e o socialista Felipe González. Este último tratou o venezuelano como “presidente eleito”, enquanto Edmundo González sublinhou a intenção de “continuar a lutar para conseguir uma transição para a democracia na Venezuela”.

No encontro com Mariano Rajoy, o ex-primeiro-ministro mostrou estar confiante de que a democracia será estabelecida na Venezuela com González como presidente.

ana.meireles@dn.pt

BREVES

Opositor de Modi libertado da prisão

O Supremo Tribunal da Índia concedeu ontem fiança ao ministro-chefe de Deli, Arvind Kejriwal, um dos principais opositores do primeiro-ministro Narendra Modi, implicado num caso de crime financeiro. “O encarceramento prolongado equivale a uma privação injusta da liberdade”, disse a juíza Surya Kant. Kejriwal, ministro-chefe da capital indiana e um dos principais líderes da aliança da oposição que enfrentou Modi nas Eleições Gerais deste ano, foi detido pela primeira vez em março no âmbito de uma investigação sobre corrupção. A detenção foi descrita pelos aliados como uma “conspiração política” orquestrada pelo Partido Bharatiya Janata, no poder.

Manifestação contra Macron e Barnier

Sindicatos e organizações francesas convocaram uma nova manifestação contra o presidente Emmanuel Macron e o primeiro-ministro Michel Barnier para o dia 21, duas semanas após a sua nomeação. A União dos Estudantes, grupos feministas e a Guarda Juvenil Antifascista, entre outras organizações, salientaram que a nomeação de Barnier é “uma negação da democracia” e denunciaram que Macron “não só ridicularizou o voto dos franceses” como escolheu alguém “de extrema-direita, anti-imigração”. “É alguém com um passado homofóbico que só poderá governar com um acordo permanente com Marine Le Pen”, afirmaram.

Avançar para uma solução de dois Estados

Ministros de países muçulmanos e europeus, juntamente com o chefe da diplomacia da União Europeia, reuniram-se ontem em Madrid para discutir como avançar uma solução de dois Estados para o conflito israelo-palestiniano.

“Juntos, queremos identificar as ações concretas que nos permitirão avançar rumo a este objetivo”, escreveu o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, na rede social X. “A comunidade internacional deve dar um passo decisivo rumo a uma paz justa e duradoura no Médio Oriente”, acrescentou.

Estiveram presentes o primeiro-ministro palestino, Mohammad Mustafa, e os ministros dos Negócios Estrangeiros do Egito, Jordânia, Qatar, Arábia Saudita e Turquia – todos membros do Grupo de Contacto Árabe-Islâmico para Gaza – bem como os chefes da Liga Árabe e da Organização da Cooperação Islâmica. A UE foi representada por Josep Borrell e pelos líderes da diplomacia de Irlanda, Noruega, Eslovénia e Espanha.

“A implementação da solução de dois Estados é a única forma de garantir uma paz justa e duradoura na região, através da coexistência pacífica e segura do Estado da Palestina e do Estado de Israel”, disse o espanhol José Manuel Albares.

Questionado sobre a ausência de Israel na reunião, disse que o país não foi convidado porque não pertence “nem ao grupo dos europeus, nem ao grupo de contacto arábico-is-lâmico”, mas sublinhou que ficaria “encantado” se Telavive participasse nas discussões sobre a solução de dois Estados.

DN/AFP

JÁ NAS BANCAS

Edição de Setembro



menshealth.pt



facebook.com/menshealthportugal



[@menshealthportugal](https://instagram.com/menshealthportugal)



[@menshealthportugal](https://tiktok.com/@menshealthportugal)



Bruno Lage garante que encontrou um plantel unido e com vontade de vencer.

Após o furacão Vieira, Bruno Lage quer blindar balneário das “politiquices”

BENFICA O treinador defendeu Rui Costa do ataque do ex-presidente. O jogo desta noite com o Santa Clara assume ainda mais importância devido à grande instabilidade deste início de época.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Se fosse fácil não era para Bruno Lage. O novo treinador do Benfica estreia-se esta noite diante do Santa Clara (20.30, BTV), no Estádio da Luz, numa altura em que o universo benfiquista foi abalado por um autêntico furacão causado por uma polémica entrevista de Luís Filipe Vieira à CMTV, na qual o ex-presidente responsabilizou o sucessor Rui Costa por aquilo que disse ser uma crise financeira e desportiva que o clube atravessa.

Roger Schmidt deu lugar a Bruno Lage que, após uma pausa no campeonato para os jogos das seleções, agora se (re)estreja, quatro anos depois de ter deixado a Luz. “Eu sei que este ano vai ser difícil, principalmente pelo que se passa fora do centro de estágio, por causa das eleições. Mas isso são politiquices que não me inte-

ressam. Sou o treinador, tenho de blindar o grupo dessas situações para os fazer crescer como equipa”, defendeu o treinador que levou o Benfica ao título na época 2018-19.

Na entrevista de quinta-feira, Vieira disse que “de certeza que Bruno Lage não foi a primeira escolha de Rui Costa” para substituir Schmidt e que o técnico “não gosta de ser chamado à atenção”, mas Lage não se mostrou afetado com essas declarações e respondeu que ficou “feliz” pelo ex-presidente “ter reconhecido que em 2019 tinha um bom treinador, que fazia treinos intensos”.

E aproveitou ainda para defender Rui Costa, que no entender de Vieira terá um comportamento pouco profissional por tratar por “mano” o diretor desportivo Rui Pedro Braz. “Cheguei a esta casa há 20 anos. Creio que foi em

“Eu sei que este ano vai ser difícil, principalmente pelo que se passa fora do centro de estágio, por causa das eleições. Mas isso são politiquices que não me interessam. Sou o treinador, tenho de blindar o grupo dessas situações para os fazer crescer como equipa.”

Bruno Lage
Treinador do Benfica

2008-09 que fui campeão de iniciados, o diretor da formação era Rui Costa. Em 2018-19, fui campeão nacional pela equipa principal com o diretor desportivo Rui Costa. Neste momento a única coisa que mudou é que o trato por presidente”, atirou Lage.

A entrevista de Luís Filipe Vieira provocou ainda mais instabilidade neste início de época do Benfica, abalado pelos maus resultados e fracas exibições da equipa, bem como o relatório e contas da SAD que apresentou um prejuízo de 31,4 milhões de euros no exercício 2023/24.

A mais de um ano das próximas eleições encarnadas (previstas para outubro de 2025), Rui Costa ficou a conhecer um potencial rival na corrida à presidência: João Diogo Manteigas, um crítico da gestão do atual líder, que apresentou-se oficialmente como candi-

dato. “Esta candidatura não depende de quaisquer interesses e poderes instalados. O Benfica tem que ser bem liderado para poder liderar e só todos juntos conseguiremos construir um futuro vencedor! Mais tarde, ficarão a conhecer a equipa que me irá acompanhar”, disse o conhecido advogado de 36 anos, que disse “não depender de poderes instalados” e pediu aos atuais dirigentes para que não façam da sua lista oposição: “É uma oportunidade para fazer crescer o Benfica.”

O papel de Kőkü e Aursnes

No meio de tanta turbulência, o jogo com o Santa Clara assume ainda mais importância, pois um eventual mau resultado adensará ainda mais os problemas.

Bruno Lage mostrou-se consciente de que tem de correr atrás dos pontos perdidos por Roger Schmidt e precisa de toda a ajuda possível do plantel. Mas, do tempo em que o técnico foi campeão nacional resta apenas Florentino e, por isso, na primeira semana de trabalho, dedicou-se a conhecer os jogadores. “As impressões foram boas. Senti que a equipa está junta, unida e com uma vontade de oferecer vitórias aos nossos adeptos”, disse o treinador de 48 anos, não revelando se irá estreiar o reforço Kerem Aktürkoglu e confirmando a lesão de Renato Sanches.

Consciente de que precisa reconquistar as bancadas – depois de ser campeão, saiu pela porta pequena e muito criticado –, o treinador quer vencer o jogo da 5.ª jornada da I Liga, frente a um adversário que teve um início muito bom, com três vitórias: “Espero um jogo dinâmico ofensivo, a criar muitas oportunidades, foi isso que trabalhamos nesses dois dias.”

O onze e o sistema em que irá jogar ficou em segredo, mas revelou o posicionamento de Kőkü, que “tem de ser um médio de ligação” e também “um homem para chegar mais perto das zonas de finalização”. Os planos que tem para o polivalente Aursnes, utilizado em múltiplas posições por Schmidt, ainda carece de um teste: “É um jogador muito inteligente, para ele é fácil jogar em várias posições. Tenho uma ideia, mas primeiro tenho de testá-la.”

Roger Schmidt somou apenas sete pontos nas primeiras quatro jornadas, que deixam o Benfica em 7.º lugar no início de uma nova era Bruno Lage.

isaura.almeida@dn.pt



A seleção de futsal visitou a futura casa na Cidade do Futebol, ainda em construção, antes de se concentrar no Mundial.

Um herói e um prodígio entre 10 campeões e quatro estreantes no ataque ao segundo título mundial

FUTSAL Começa hoje o Campeonato do Mundo em que Portugal vai defender o troféu perante os também candidatos Brasil, Espanha e Argentina. Zicky Té e Pany Varela são as principais estrelas nacionais.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Ser bicampeão mundial é o objetivo do já bicampeão europeu. Três anos depois de se sagrar campeão do mundo de futsal, Portugal procura juntar-se a Brasil e Espanha entre os países que festejaram mais do que um título planetário. Os brasileiros são recordistas com cinco títulos (1989, 1992, 1996, 2008 e 2012) e só por uma vez falharam o pódio mundial, enquanto a Espanha (2000 e 2004) procura um inédito terceiro troféu. Já a Argentina (2016) ambiciona o mesmo bicampeonato de

Portugal, após ter falhado essa glória em 2021, quando perdeu a final com a equipa das quinas. Segunda colocada no *ranking* FIFA, apenas atrás do Brasil, a seleção nacional esteve sete anos sem perder um jogo oficial, o que aconteceu a 20 de dezembro de 2023, frente à Geórgia (1-2), numa altura em que já tinha garantido o bilhete para o Mundial. Agora, o objetivo é voltar aos triunfos e erguer o troféu no dia 6 de outubro. Entre hoje e 6 de outubro, nas cidades de Bukhara, Andijan e Tashkent, Portugal enfrentará o Panamá, que

JOGOS DE PORTUGAL

PANAMÁ	
Segunda-feira, 13.30	RTP1
TAJIKISTÃO	
Quinta-feira, 16.00	RTP1
MARROCOS	
22 setembro, 13.30	RTP1

“É normal Portugal ser o alvo a abater, mas isso também nos faz perceber que só temos de continuar a ter a nossa identidade. Enquanto formos Portugal e tivermos determinados comportamentos seremos os mais fortes.”

Jorge Braz
Selecionador nacional

goleou na fase de grupos do Mundial2016, o estreante Tajiquistão, com quem nunca jogou, e Marrocos, frente a quem empatou (3-3) no último Mundial, no Grupo E. Sem muitas mexidas na convocatória em relação à conquista de 2021, Portugal perdeu os experientes guarda-redes Bebé, Vítor Hugo e André Sousa e os alas Miguel Ângelo, Pauleta (lesionado) e Ricardinho, estreando-se Edu Sousa, André Correia, Edmilson Kutchy e Lúcio Rocha, que esta semana foi eleito o Melhor Jovem futsalista do mundo. Zicky Té também venceu em 2021, ano do título mundial da equipa das quinas, sendo agora a grande estrela nacional. O pivot de 23 anos estava nomeado para Melhor Jogador do Mundo, tal como Pany Varela, galardoado em 2022, mas o prémio acabou ontem por ser entregue ao brasileiro Pito, do Barcelona. Jorge Braz fez uma convocatória algo radical, chamando apenas dois guarda-redes (Edu Sousa e André Correia) e um único pivot (Zicky Té) e ainda João Matos, Tomás Paçó, Afonso Jesus, André Coelho, Erick Mendonça, Pany Varela, Tiago Brito, Edmilson Kutchy, Lúcio Rocha, Bruno Coelho e Fábio Cecílio. “Temos uma mistura muito rica entre a irreverência de alguns, que ainda vivem na irresponsabilidade, o que também traz vantagens, e a consistência e maturidade de outros, com mais experiência”, avaliou o selecionador nacional, recordando que entre oito a 10 jogadores que não foram chamados “podiam estar”. Nesse sentido, destacou a importância de jogadores como João Matos e Bruno Coelho.

Portugal estreou-se em mundiais na Guatemala em 2000, tendo conquistado o título a 3 de outubro de 2021, com um bis de Pany Varela à Argentina (2-1), que tornou herói nacional o então jogador do Sporting agora no Al Nassr da Arábia Saudita. Na sétima presença em Campeonatos do Mundo, a seleção nacional procura no Uzbequistão repetir a glória, numa prova que sentirá a falta de Itália, Japão e Rússia (suspensa pela FIFA devido à invasão da Ucrânia), mas tem Tajiquistão, Nova Zelândia e França como estreantes. Dos 24 selecionadores presentes no torneio, Jorge Braz é o único treinador campeão do mundo, sendo que outros quatro estiveram em Mundiais, mas como jogadores: Carlos Chilavert (Paraguai), Oleksandr Kosenko (Ucrânia), Matias Lucuix (Argentina) e Vahid Shamsaee (Irão). Entre os futsalistas, o argentino Cristian Borruto e o iraniano Ali Hassanzadeh vão igualar o recorde de cinco presenças do brasileiro Falcão.

Modalidade mais praticada
O futsal é, nesta altura, a modalidade coletiva mais bem-sucedida internacionalmente, depois do futebol. Em Portugal, o crescimento deu-se com a ajuda do agora secretário de Estado do Desporto, Pedro Dias, que era diretor para o Futsal na Federação Portuguesa de Futebol antes de ser desafiado por Luís Montenegro para assumir a pasta governamental. Foi ele que, com “ajuda de 80 especialistas e milhares de contributos”, transformou em realidade o desejo do presidente da FPF, Fernando Gomes, de tornar o futsal a modalidade coletiva de pavilhão mais praticada no país. O resultado foi a conquista de dois títulos europeus (2018 e 2022) e um mundial (2021). Se a conquista inédita do Europeu, em 2018, fez aumentar em 20% o número de praticantes na época seguinte, o título mundial foi sucedido de valores recorde no pós-pandemia, chegando aos 31 922. A prova vai contar, pela primeira vez, com dois árbitros portugueses. Eduardo Coelho, de 44 anos, da associação de Aveiro, vai somar a quarta participação numa fase final de um Mundial, depois das presenças na Tailândia (2012), Colômbia (2016) e Lituânia (2021), enquanto Cristiano Santos, de 34 anos, da associação do Porto, será estreante.



Filipa Reis, responsável por *Uma Pedra no Sapato* e Miguel Gomes, cineasta de *Tabu* e *A Cara que Mereces*, o nosso cineasta com maior reconhecimento internacional.

Miguel Gomes e Filipa Reis disponíveis para os espectadores que merecem

ENTREVISTA Miguel Gomes, cineasta premiado em Cannes, e Filipa Reis, a produtora do momento são os responsáveis por *Grand Tour*, em estreia na próxima quinta-feira, adaptação com valsa de cinema a partir de um mote de Somerset Maugham. Uma dupla que quer jogar na campanha para o Óscar...

TEXTO RUI PEDRO TENDINHA

Uma produtora que é cineasta alia-se a um cineasta que inventa sempre modos diferentes de fazer cinema. Filipa Reis, produtora da *Uma Pedra no Sapato* e realizadora de filmes como *Djon África* e *Légua*, encontra Miguel Gomes neste

Grand Tour, Prémio de Melhor Realização em Cannes. São cúmplices de um projeto impossível, uma aliança entre ficção, romanesco, o real e o experimental. Já está a ser o filme português mais internacional dos últimos tempos e pode até surpreender nos Óscares – foi o

escolhido pela Academia de Cinema Português para representar o nosso país. Na esplanada da Cinemateca, foram um casal de cinema para o DN.

Diriam que é justo afirmar que *Grand Tour* é um filme que é ganho pelo seu gesto romântico?

Romântico também nas suas ambições...

Miguel Gomes – Há o lado romântico naquilo que o cinema tem, que é cada filme produzir um espectador diferente. Que espectador sai de um filme? Diria que essa perspetiva é, para muitos, romântica, mas para

mim é uma questão central: cada filme inventa um espectador. Os filmes que interessa fazer são aqueles que mudam cada um de nós... Por muito subjetivo que isso seja, o cinema deve perseguir a qualidade do espectador.

O *Grand Tour* terá o espectador que o Miguel merece?

MG – [*Risos*]. Queixo-me muito desta uniformização do atual cinema que infantiliza os espectadores e que quer dar às pessoas “aquilo que elas querem”.

Filipa Reis – Não sendo uma espectadora isenta, devo dizer que reagi ao filme de maneira muito emocional. Quem se conseguir largar, entregar-se e aceitar a proposta vai ter um convite para a aventura. *Grand Tour* é uma viagem muito emocional.

MG – No Festiva de Cannes fui ouvindo que era o filme mais desafiante a concurso. Daquilo que vi, acho que não houve mais nenhum filme próximo da lógica clássica do cinema de aventuras. Não é feito da mesma maneira que os filmes de

Hollywood dos Anos 1940, porque os tempos são outros e porque estamos em Portugal. Não sei se isso era uma vantagem, era uma característica.

Para uma produtora trabalhar com o Miguel Gomes nestes dias tem também, o peso da sua figura, de ser percecionada como uma estrela internacional, sobretudo nos festivais e pelos próprios realizadores internacionais, não tendo sido por acaso que a vencedora do Grand Prix, a indiana Payal Kapadia tenha referido o seu nome no discurso em Cannes...

FR – Mas não foi por aí que cheguei ao Miguel. Essa perceção e o reconhecimento do Miguel não me atraíram, o meu interesse em trabalhar com ele passa mesmo pelo desenho e a história do filme, que fez num jantar comigo numa toalha de mesa. Isso e a sua dedicação em relação à defesa do cinema, por mais ingénuo que isto possa parecer. Depois, claro, tive esse impulso de avançar: “Vamos então fazer essa viagem pelo Oriente antes de se filmar!” Adiantei dinheiro, mesmo com a perceção de que o projeto iria depois ser financiado – enfim, não sou só tonta. Mas desde cedo apercebi-me do impacto do Miguel quando estava à procura de apoio no Oriente. Os meus parceiros asiáticos investiram logo no começo...

MG – Não sou uma estrela, estrela eu mostro-te: a Taylor Swift, que até diz para não votar Trump!

Têm receio de que estejam a gerar-se mal entendidos com a entrevista do Miguel ao Expresso quando diz que tinha saudades de quando filmava com pouco dinheiro?

MG – Agradeço essa pergunta, pois informam-me que estou a ser muito criticado nas redes sociais, coisa que não uso – creio que é algo sensato nos dias de hoje estar fora disso. Mas a verdade é que acho que o cinema português está subfinanciado. Não vejam naquilo que saiu no *Expresso* uma sugestão para o Governo Português desinvestir no cinema.

FR – Sim, há pouco dinheiro para fazer cinema em Portugal! **MG** – Há um problema no financiamento da indústria do cinema na Europa. Hoje em dia há, de facto, mais investimento em termos reais, mas esse dinheiro

tem um custo. Um custo que diz respeito à liberdade individual dos realizadores, ou seja, a pressão industrial interfere sobre a liberdade de cada um deles. A Europa arroga-se de ser contraponto ao capitalismo selvagem de Hollywood, mas cria tantas regras como no cinema americano, mesmo que sejam regras diferentes. A questão coloca-se de forma muito decisiva para realizadores mais jovens do que eu: nem imaginam a quantidade de residências, *pitchings*, sessões com *script doctors* que têm de ser consultados para poderem ser financiados. Para mim, isso é absolutamente contraproducente. No meu tempo não era assim, mas longe de mim de estar a pedir à ministra da Cultura para estar a desinvestir no cinema. Tem é de pôr mais dinheiro.

Este episódio de uma eventual nomeação para o Óscar na categoria de filme internacional como é visto pela produtora e pelo cineasta? Será assim tão vital?

FR – Como produtora estou interessada e disponível a ir a jogo. Quem me dera que pelo menos o filme fosse nomeado na *shortlist*! Mas tenho a noção de que é um filme desafiante para uma Academia americana...

MG – Para mim, igual: vamos a jogo!

Mas o Miguel tem paciência para esse jogo da temporada dos prémios?

MG – Acho que nesta fase não é preciso grande participação minha.

Não terá de aparecer, ser visto?!

MG – Ninguém me disse nada! Aparecer onde!? Los Angeles? Ai ninguém me paga viagens.

A equipa do mesmoado Ice Merchants esteve lá semanas e foi ajudada pelo Estado...

MG – Ai é!? Não sei nada disso, informem-me! Podes pôr isto na entrevista! Estive agora no TIFF de Toronto e jantei com o meu amigo Nathan Silver, que fez agora o *Between the Temples*, obra que está a ter mais visibilidade do que o habitual. Contou-me que lhe pedem para ter uma série de reuniões esquisitas e que vá a uma série de sítios dos *Golden Globes*. Eu, na minha posição de realizador de filmes bizarros e que nunca estive nessas circunstâncias, disse-lhe para jogar o jogo.



Crista Alfaiate, a aventureira de serviço.

Saudades cinéfilas

VIAGEM *Grand Tour* tem a ambição de um sonho lindo de cinema, e Miguel Gomes soube encontrar algo da linguagem mágica desse sonho.

TEXTO INÊS N. LOURENÇO

O que é que fica conosco depois de se ver *Grand Tour*? Assim de repente, a dimensão. Uma arrastada poesia exótica. Um aborrecimento belo (ou uma beleza aborrecida?). Talvez um ensaio sobre a “inocência como uma espécie de insanidade”, para usar aquela famosa expressão de Graham Greene.

Esão as palavras desse escritor britânico que também nos vêm ao espírito ao identificar no filme de Miguel Gomes um imenso, infinito desejo cinéfilo. Uma emoção que tem mais que ver com a história das formas de fazer cinema, ou a referência íntima dessas formas, do que com o périplo das personagens principais. “Eu tinha chorado os filmes mudos quando o sonoro se instalou e chorara o preto e branco quando o Technicolor inundou a tela. Da mesma maneira, hoje, assistindo ao último filme sério, socialmente consciente, do senhor Godard, tenho saudades às vezes desses Anos 30 já mortos, de Cecil B. DeMille e dos seus cruzados, dos dias em que quase tudo podia acontecer”, escreve Greene num texto intitulado “Recordações de Um Crítico de Cinema” (*Santos e Pecadores*, Livros do Brasil).

Pois é esse sentimento de um tempo em que “tudo podia acontecer” no ecrã que vem com o preto e branco da fotografia assinada por Rui Poças, com a vaga memória do cinema mudo espelhado no rosto expressivo de Crista Alfaiate, ou com a transparência das filmagens de estúdio, que chocam – no sentido de um sonho de cinema – com as imagens documentais contemporâneas usadas sobretudo no início do filme, como testemunho da própria excursão asiática da equipa de argumentistas de *Grand Tour*.

É esse sentimento de um tempo em que “tudo podia acontecer” no ecrã que vem com o preto e branco da fotografia assinada por Rui Poças, com a vaga memória do cinema mudo.

É, porém, o ambiente de 1918 que enquadra a narrativa dos noivos britânicos, Edward e Molly (respetivamente, Gonçalo Waddington e Crista Alfaiate), ele um funcionário destacado na Birmânia prestes a entregar-se a um impulso melancólico de fuga ao casamento, enquanto ela, qual criatura aventureira, o segue pelo mapa da Ásia, na medida de um encontro com o mundo – Tailândia, Vietname, Filipinas, Japão, China...

Serão eles as borboletas que se libertam do anterior “filme-casulo” *Diários de Otsoga* (2021)?

A grandeza e insanidade da viagem deixa-nos então com sabor a mundo. Algo que é indissociável da façanha cinematográfica, essa vontade de ancorar a experiência na cinefilia mais romântica e lúdica. Romantismo e charme travesso, pois então...

Greene falava nas saudades dos Anos 1930 (pense-se, neste caso, na vertigem dos Anos 20 que o sorriso de Crista sugere), e é de facto pelo artifício da nostalgia, doseado com excentricidade *q.b.*, que Miguel Gomes nos leva por terras de ficção documentada. Ou documento-mor de ficção.

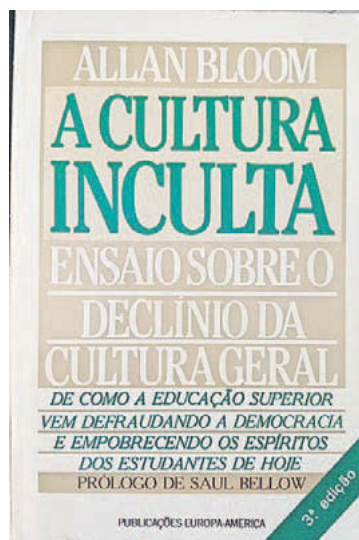


Direto à leitura
António Carlos Cortez

A degradação programada: a ideologia da cultura inculta (parte 1)

Estima-se que cerca de 200 000 alunos não tenham, este ano, professor pelo menos a uma disciplina. Ninguém tem dúvidas: Portugal está – mercê das políticas de desinvestimento na Educação levadas a cabo por sucessivos Governos do PS, do PSD e do CDS, em democracia – num processo de degenerescência como nunca antes se viu. Não há remendos nem paliativos que possam esconder ou mitigar sequer o mal viral que corrói, de há décadas, um sector profissional que até aos Anos 90 conheceu estabilidade, progressão real das carreiras, coerência nos *curricula*, reconhecimento social. A que se deve esta corrupção do sistema? Por que razão se reformam os professores, mesmo com penalizações? A que se deve a desqualificação desta profissão? Como explicar o ambiente tecnocrata, burocrata, pobre e alienante que estudantes e professores vivem hoje nas escolas e já nas universidades? Como explicar o desencanto de quem está no terreno e como justificar a violência, a incuriosidade, a “seca” com que muitos – professores e alunos – encaram a escola? Um livro poderá explicar, a partir do exemplo americano, muita da nossa realidade atual: *A Cultura Inculta – Ensaio sobre o declínio da cultura geral / De como a Educação Superior vem defraudando a Democracia e empobrecendo os Espíritos dos Estudantes de Hoje* (Europa-América, 1987).

Note-se bem a pertinência do título, jogando com um paradoxo e a explicitação dos termos em que Allan Bloom debate a questão educativa: a cultura inculta e a centralidade de certas palavras: “declínio”, o verbo “defraudar”, “empobrecimento [dos espíritos]”. É um livro que mereceria reedição urgente, com um prólogo (penso em Viriato Soromenho-Marques, em Carlos Fiolhais, em Carlos Ceia, porventura em Roberto Carneiro) que expusesse longamente as causas da degradação do ensino em Portugal. É certo que os professores como força de trabalho essencial aos regimes democráticos sofrem, há dezenas de anos, de ataques sistemáticos por parte da



“

Os professores como força de trabalho essencial aos regimes democráticos sofrem, há dezenas de anos, de ataques sistemáticos por parte da Tutela que deveria precisamente proteger e promover, com salários dignos (e europeus) e condições de facto, esta nobre profissão.”



tutela que deveria precisamente proteger e promover, com salários dignos (e europeus) e condições de facto, esta nobre profissão. O problema é complexo, mas não é por falta de diagnósticos (e até de prognósticos) que a falta de professores é hoje o dito problema complexo que urge resolver. Aliás, a complexidade deste problema tem, na origem, políticas concretas que visaram empobrecer a profissão docente, empobrecendo subsequentemente, ao nível da cultura geral e de um gosto pelo verdadeiro saber científico, as gerações nascidas depois de 1970 (é a data-charneira indicada por Allan Bloom). O problema é complexo porque os partidos políticos no poder o tornaram complexo. Desarticularam a lógica dos concursos, complexificaram o regime de progressão na carreira e, sob a capa de um “simplex” muito progressista e inovador (estas palavras vão sempre juntas no discurso oficial, seja do PS ou do PSD), o que fizeram foi destruir a organização democrática das escolas, com Conselhos de Escola partidarizados, permissivos às ingerências de representantes de empresas e de interesses partidários via câmaras municipais (é essa a lógica da municipalização do ensino: arregimentar, a baixo preço, futura força de trabalho mal paga e acrítica).

É curioso que, entre aqueles que têm poder de decisão e a quem cabe organizar o sistema, queiram sempre, a reboque do discurso da centralidade dos alunos na

Educação, culpabilizar e diabolizar os professores. Mas a “cultura inculta”, como discurso e prática, tem uma só explicação: os interesses económicos, venham eles donde vierem. E, já agora, a manutenção dos privilégios de classe, pois é óbvio que se se destruir o ensino público é o ensino privado que se enriquece, encontrando, desde as famílias ricas às da classe média, quem pague uma Educação que se diz “de rigor e de excelência”. Mas nem mesmo isto é verdade, pois que a desqualificação dos professores, desde há 15 anos a esta parte, coloca, sejam os do público, sejam os do privado, todos na mesma situação de burocratas, tarefeiros, fanáticos ou industriados fazedores de aulas digitais mais pobres, porque mal pagas.

A estabilização do regime de colocação de professores, o fim das cotas, o fim da figura do professor-titular, o descongelamento efectivo das carreiras e a organização curricular com base num autêntico desígnio de exigência nacional em que as letras e as artes, as ciências e demais disciplinas curriculares são pensadas não para o mentiroso e manipulador discurso do “sucesso” e dos “rankings”, mas em função de um país onde, aos portugueses e aos estrangeiros, é permitido viver com dignidade, isso é o que qualquer Governo deveria defender. A verdadeira causa da degradação do ensino em Portugal é uma só: a lógica económica de todas as decisões dos governos que, no Ocidente,




como diz Allan Bloom, traíram um ideal de civilização. Essa lógica assenta no seguinte (e é bom que os professores percebam de uma vez): submetidos ao processo de massificação escolar, todos os países desenvolvidos têm dificuldade em pagar decentemente aos professores, o que se traduz na penúria dos recursos. A solução que os Governos encontraram é esta: a digitalização. Esta revolução legítima o recrutamento de professores pouco qualificados, reduzidos ao papel de “facilitadores” e de “mediadores” de um saber que é esquartejado e infantil desde o 1.º ciclo ao Secundário. O professor torna-se um mero cumpridor de programas pensados de cima para baixo. A prova disso é, nas reuniões entre a Tutela e os professores, a atitude ora de desprezo, ora de paternalismo por parte de secretários de Estado e de ministros.

A única ideologia em curso em Portugal no que à Educação diz respeito é, pois, a da cultura inculta: o professor, na metáfora de Michel Desmurget, transformou-se num “contador antropomórfico”, cuja atividade “se resume a indicar sumariamente aos alunos os programas digitais a seguir” (in *A Fábrica de Cretinos Digitais*, p. 141), assegurando-se “de que os ‘digital natives’ ficam, perante os ecrãs, mais ou menos sentados e em silêncio”. Mal pagos e sem habilitações (este Governo defende a entrada na profissão docente de muitos que não têm senão a chamada “habilitação pró-

pria”...), isto é, proletarizados no pior sentido, os professores são meros contínuos. Pois bem, a pergunta impõe-se: por que razão as famílias não se revoltam perante esta realidade: a da digitalização, a da precarização docente? Porque o discurso da poupança orçamental se sobrepõe ao verdadeiro interesse nacional: ter professores cultos e gerações que pensem.

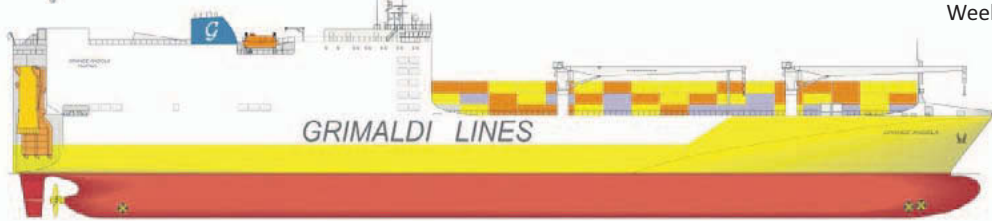
Professor, poeta e crítico literário

“A verdadeira causa da degradação do ensino em Portugal é uma só: a lógica económica de todas as decisões dos Governos que, no Ocidente, como diz Allan Bloom, traíram um ideal de civilização.”



GRIMALDI LINES

Week 38



West Africa Southern Express	Grande Africa GAF0624	Grande Argentina GAR0624
Antwerp	13/09	03/10
LeHavre	17/09	07/10
Leixoes	19/09	10/10
Dakar	25/09	15/10
Conakry		
Lome	30/09	20/10
Luanda	04/10	24/10
Pointe Noire	07/10	27/10
Douala	10/10	30/10

Euroaegean Northbound	Grande Spagna GSP0624	Grande Anversa GAV0824
Antwerp	-	14/09
Livorno	14/09	01/10
Valencia	12/09	20/09
Tanger Med	28/09	04/10
Setúbal	29/09	05/10
Portbury	03/10	09/10
Cork	04/10	10/10
Vigo	-	16/10

Euroaegean Southbound (Euroshuttle)	Grande Guinea GGU0724	Grande Detroit GDE0624
Cork	-	-
Antwerp	12/09	11/09
Portbury	-	14/09
Setúbal	16/09	17/09
Vigo	17/09	-
Valencia	-	19/09
Livorno	21/09	21/09
Civitavecchia	-	22/09

Grimaldi Portugal

info@grimaldi.pt | Lisboa: 213 216 300 - Leixões: 229 998 450 - Setúbal: 265 526 018



A cineasta está, de momento, a trabalhar no seu terceiro filme.

GERARDO SANTOS

Grace Ndiritu: “A arte pode ser linda, mas também pode ter significado e um valor transformador”

ARTE A queniano-britânica esteve em Lisboa para uma *masterclass* na Universidade Lusófona. O DN esteve à conversa com Grace Ndiritu sobre o seu percurso como artista visual e cineasta.

TEXTO **MARIANA DE MELO GONÇALVES**

Espiritualidade e política são as palavras que melhor descrevem o trabalho da queniano-britânica Grace Ndiritu, artista visual e cineasta, que esteve em Portugal para uma *masterclass* na Universidade Lusófona de Lisboa.

Inicialmente, a junção destes dois aspetos nos seus trabalhos era rejeitada pelos seus colegas artistas. “Até recentemente, a maioria das pessoas gozavam e brincavam com o meu trabalho porque não era algo concetual”,

explica Grace Ndiritu em conversa com DN, durante a sua passagem por Portugal, acrescentando que cresceu numa casa onde estes dois tópicos estiveram sempre presentes. “Estes temas são complicados no mercado artístico.” No entanto, acredita que “a arte pode ser linda, mas também pode ter significado e um valor transformador”.

Grace Ndiritu explica que nós, enquanto seres humanos, precisamos tanto de política, como do espiritualismo. “Não podemos

negar os problemas do mundo real, mas ao mesmo tempo não podemos encontrar soluções no mundo real. Precisamos de algo maior, seja Deus ou a natureza espiritual, para encontrarmos uma solução nova para os problemas do dia a dia.”

Em 2012, Grace Ndiritu vivia em Londres, quando decidiu sair da cidade e viver no meio rural. “Fiz uma regra para mim mesma: que só ia à cidade quando fosse necessário. Foi incrível ter esse tipo de vida e essa experiência. Então, ao

invés de ir como artista, eu estava a viver em mosteiros ou em comunidades. Decidi fazer isto porque estava tão frustrada com o que estava a acontecer na cidade, com os problemas relacionados com o racismo, a poluição, etc.”

Hoje em dia, a artista ainda mantém contacto com pessoas das comunidades por onde foi passando. Em 2017, criou a sua própria comunidade chamada *Healing the Museum*. Convidou alguns artistas, cientistas e amantes da espiritualidade a deixarem a cidade e juntarem-se a ela no campo. “Nós acordávamos, comíamos juntos, fazíamos atividades espirituais, fazíamos atividades académicas e criativas todos os dias. Acabávamos por partilhar conhecimentos diferentes. Era uma forma de mostrar como os diferentes fios da sociedade podiam viver juntos de forma harmoniosa”, explica a artista.

Depois de voltar para a cidade, Grace Ndiritu também criou um projeto de moda, em 2018 – *Coverslut* –, com uma mensagem sobre a democracia, raça e a sociedade de classes. “A ideia, com este projeto, é perguntar quem têm o direito de estar na moda”, explica. Nas primeiras coleções deste projeto, os clientes pagavam o que conseguiam financeiramente. O dinheiro dessas vendas serviu para a criação de roupas biológicas ou orgânicas. “Durante este projeto, trabalhei

muito com jovens de escolas de arte, refugiados e imigrantes, para fazer as roupas e criar esses eventos de moda”, acrescenta.

Em 2020, a artista aventurou-se pelo mundo do cinema com o filme *Black Beauty* (*Beleza Negra*, em português). O filme segue o pensamento de uma modelo africana que está a promover um creme de beleza no deserto e tem uma alucinação, onde se vê num programa de televisão como apresentadora a entrevistar o escritor argentino Jorge Luis Borges. Nesta conversa, a modelo e o escritor falam sobre o clima e a migração. “É um filme sobre a migração, o clima e como evoluímos como humanos, sendo o capitalismo uma consequência da nossa evolução.”

Grace Ndiritu escreveu este filme enquanto vivia na Argentina, onde entrevistou cientistas sobre as alterações climáticas. Devido ao confinamento, o processo de pré-produção e de *casting* foi feito online. *Black Beauty* é um dos trabalhos de que a artista se orgulha mais. “Foi o meu primeiro filme e sinto que se tornou um filme sólido, com toda a equipa e os atores. Foi bem recebido e foi para festivais de filmes bons.”

Já o seu segundo filme, *Becoming Plant* (*Tornar-se Uma planta*, em português) conta a história de seis bailarinos que apanham cogumelos mágicos para uma terapia de grupo. A cineasta pretendeu com isto passar a mensagem de como substâncias psicadélicas podem ajudar com doenças mentais. “Também fala sobre como nós podemos usar os nossos corpos e como podemos lidar com problemas de saúde mental. Podemos lidar com isso a trabalhar, podemos usar coisas como a criatividade, substâncias psicadélicas, para nos ajudar com a saúde mental”, refere a artista.

Este segundo filme foi também gravado durante a pandemia de covid-19. “Este filme envolvia as pessoas estarem nuas, por isso, tivemos de gravar tudo com segurança”, explica. Por ser um documentário experimental, não existiu um guião. A artista entrevistou um psiquiatra para este filme que serviu de voz-off para o documentário.

Os dois filmes foram apresentados em vários festivais de cinema, incluindo a 72.ª Berlinale (2022), FIDMarseille (2021) e o BFI London Film Festival (2022). Grace Ndiritu está a desenvolver o guião de outro novo filme chamado *Hippie*.

mariana.goncalves@dn.pt

Raiz 1261: Monção em 10 joias por Letícia Esteves

JOALHARIA Nova coleção, que visa dar a conhecer a região será hoje lançada no Palácio da Brejoeira e contará com um desfile e um *sunset*.

A artista Letícia Esteves não nasceu em Monção, mas os seus pais são naturais da região.



O *Enlace* e o *Orosion* (esq.) são peças em destaque na coleção.

O amor pela arte da joalheria começou no 10.º ano: “Percebi que gostava de manipular o material em cru, poder dar valor, agarrar a imaginação, começar só a esculpir alguma coisa no próprio metal.”

O nome da coleção – *Raiz 1261* – surge devido a esta relação da artista com a terra, sendo o ano 1261 a data da atribuição da *Carta de Foral* ao Município de Monção pelo rei D. Afonso III. “Monção, para mim, tem muito valor e fiquei muito contente por ajudar aqui a impulsionar a minha terra com este projeto”, acrescenta a artista.

A coleção conta com um total de 10 peças em tons de dourado e verde. Esta é composta por três pulseiras, dois colares, dois anéis, dois botões de punho e uma gargantilha. Letícia destaca o colar *Orosion*, que representa o símbolo de Monção e o conjunto – *Enlace* (gargantilha) e *Solstício* (pulseira) –, devido à forma como ficam no corpo. Uma das peças representa o Olho da Coca. Em Monção, durante as festas de Corpo de Deus é recriado este combate com atores e uma estátua de um dragão.

Todas as peças foram concebidas manualmente em prata de lei 925, com banho de ouro de 24 quilates, pedra natural (malaquite) e esmalte frio. A coleção é autenticada e certificada pela Contrastaria da INCM.

Esta foi a primeira vez que Letícia trabalhou numa coleção com este número de peças. Até ao momento, a artista apenas tinha lançado coleções exclusivas e mais pequenas.

“O maior desafio foi mesmo trabalhar para um município, porque não estava habituada. Em termos de joalheria, foi simples, porque já trabalho há uns 12 anos na área e foi só deixar fluir. O meu trabalho é muito trabalho de autor, para coleções mais exclusivas, mais pequenas. Aqui o volume foi bastante maior do que estou habituada. O trabalho é todo manualmente feito por mim”, menciona.

O lançamento da coleção será no Palácio da Brejoeira, em Monção, edifício classificado como Monumento Nacional desde 1910, e contará com um desfile de joias e *sunset*. Esta apresentação vai contar com 10 modelos e conjuntos com outras lojas de Monção.

mariana.goncalves@dn.pt

TEXTO **MARIANA DE MELO GONÇALVES**

O Olho da Coca (nome dado no Minho ao mítico dragão que São Jorge combateu), a videira do Alvarinho e as rosas são os símbolos do Município de Monção. Agora, serviram também de inspiração para a coleção *Raiz 1261*, de Letícia Esteves. As 10 peças exclusivas vão ser lançadas hoje, sábado.

O objetivo desta coleção era tornar as peças “acessíveis a qualquer pessoa que também não fosse da terra” e “trazer os olhares de fora para a coleção”, explica ao DN a artista portuguesa, por chamada telefónica.



As 10 peças da coleção são feitas à mão por Letícia Esteves.

O município, por seu lado, pretende atrair e criar oportunidade para os jovens da região que atualmente se encontram noutras zonas do país e no estrangeiro. Foi, aliás, esse o caso de Letícia Esteves, que vive no Porto. O projeto representou um investimento “entre os 10 a 15 mil euros”, segundo a Lusa.

Apesar de a artista não ter nascido em Monção, os seus pais são naturais dessa região. “Costumo dizer que sou embaixadora de Monção, porque gosto sempre de mostrar o que temos de bom e convidar as pessoas a virem.”

Ano 80—N.º 21670

A MAIOR TRAGEDIA DE TODOS OS JORNALIS PORTUGUESES

Segunda, 14 de Setembro de 1922

Director — EUGENIO DE ALMEIDA LOPES
Redacção — Rua da Boavista, 10, 1.ª e 2.ª
Teleph. 21670, 21671, 21672, 21673, 21674, 21675, 21676, 21677, 21678, 21679, 21680, 21681, 21682, 21683, 21684, 21685, 21686, 21687, 21688, 21689, 21690, 21691, 21692, 21693, 21694, 21695, 21696, 21697, 21698, 21699, 21700, 21701, 21702, 21703, 21704, 21705, 21706, 21707, 21708, 21709, 21710, 21711, 21712, 21713, 21714, 21715, 21716, 21717, 21718, 21719, 21720, 21721, 21722, 21723, 21724, 21725, 21726, 21727, 21728, 21729, 21730, 21731, 21732, 21733, 21734, 21735, 21736, 21737, 21738, 21739, 21740, 21741, 21742, 21743, 21744, 21745, 21746, 21747, 21748, 21749, 21750, 21751, 21752, 21753, 21754, 21755, 21756, 21757, 21758, 21759, 21760, 21761, 21762, 21763, 21764, 21765, 21766, 21767, 21768, 21769, 21770, 21771, 21772, 21773, 21774, 21775, 21776, 21777, 21778, 21779, 21780, 21781, 21782, 21783, 21784, 21785, 21786, 21787, 21788, 21789, 21790, 21791, 21792, 21793, 21794, 21795, 21796, 21797, 21798, 21799, 21800, 21801, 21802, 21803, 21804, 21805, 21806, 21807, 21808, 21809, 21810, 21811, 21812, 21813, 21814, 21815, 21816, 21817, 21818, 21819, 21820, 21821, 21822, 21823, 21824, 21825, 21826, 21827, 21828, 21829, 21830, 21831, 21832, 21833, 21834, 21835, 21836, 21837, 21838, 21839, 21840, 21841, 21842, 21843, 21844, 21845, 21846, 21847, 21848, 21849, 21850, 21851, 21852, 21853, 21854, 21855, 21856, 21857, 21858, 21859, 21860, 21861, 21862, 21863, 21864, 21865, 21866, 21867, 21868, 21869, 21870, 21871, 21872, 21873, 21874, 21875, 21876, 21877, 21878, 21879, 21880, 21881, 21882, 21883, 21884, 21885, 21886, 21887, 21888, 21889, 21890, 21891, 21892, 21893, 21894, 21895, 21896, 21897, 21898, 21899, 21900, 21901, 21902, 21903, 21904, 21905, 21906, 21907, 21908, 21909, 21910, 21911, 21912, 21913, 21914, 21915, 21916, 21917, 21918, 21919, 21920, 21921, 21922, 21923, 21924, 21925, 21926, 21927, 21928, 21929, 21930, 21931, 21932, 21933, 21934, 21935, 21936, 21937, 21938, 21939, 21940, 21941, 21942, 21943, 21944, 21945, 21946, 21947, 21948, 21949, 21950, 21951, 21952, 21953, 21954, 21955, 21956, 21957, 21958, 21959, 21960, 21961, 21962, 21963, 21964, 21965, 21966, 21967, 21968, 21969, 21970, 21971, 21972, 21973, 21974, 21975, 21976, 21977, 21978, 21979, 21980, 21981, 21982, 21983, 21984, 21985, 21986, 21987, 21988, 21989, 21990, 21991, 21992, 21993, 21994, 21995, 21996, 21997, 21998, 21999, 22000, 22001, 22002, 22003, 22004, 22005, 22006, 22007, 22008, 22009, 22010, 22011, 22012, 22013, 22014, 22015, 22016, 22017, 22018, 22019, 22020, 22021, 22022, 22023, 22024, 22025, 22026, 22027, 22028, 22029, 22030, 22031, 22032, 22033, 22034, 22035, 22036, 22037, 22038, 22039, 22040, 22041, 22042, 22043, 22044, 22045, 22046, 22047, 22048, 22049, 22050, 22051, 22052, 22053, 22054, 22055, 22056, 22057, 22058, 22059, 22060, 22061, 22062, 22063, 22064, 22065, 22066, 22067, 22068, 22069, 22070, 22071, 22072, 22073, 22074, 22075, 22076, 22077, 22078, 22079, 22080, 22081, 22082, 22083, 22084, 22085, 22086, 22087, 22088, 22089, 22090, 22091, 22092, 22093, 22094, 22095, 22096, 22097, 22098, 22099, 22100, 22101, 22102, 22103, 22104, 22105, 22106, 22107, 22108, 22109, 22110, 22111, 22112, 22113, 22114, 22115, 22116, 22117, 22118, 22119, 22120, 22121, 22122, 22123, 22124, 22125, 22126, 22127, 22128, 22129, 22130, 22131, 22132, 22133, 22134, 22135, 22136, 22137, 22138, 22139, 22140, 22141, 22142, 22143, 22144, 22145, 22146, 22147, 22148, 22149, 22150, 22151, 22152, 22153, 22154, 22155, 22156, 22157, 22158, 22159, 22160, 22161, 22162, 22163, 22164, 22165, 22166, 22167, 22168, 22169, 22170, 22171, 22172, 22173, 22174, 22175, 22176, 22177, 22178, 22179, 22180, 22181, 22182, 22183, 22184, 22185, 22186, 22187, 22188, 22189, 22190, 22191, 22192, 22193, 22194, 22195, 22196, 22197, 22198, 22199, 22200, 22201, 22202, 22203, 22204, 22205, 22206, 22207, 22208, 22209, 22210, 22211, 22212, 22213, 22214, 22215, 22216, 22217, 22218, 22219, 22220, 22221, 22222, 2

**AS NOTÍCIAS
DE 14 DE SETEMBRO
DE 1924
PARA LER HOJE**

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO, LUÍS MATIAS E SARA GUERRA**

PREÇO 10 CENTAVOS (100 réis)

FUNDADORES: Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal

REDACÇÃO PRINCIPAL: José Rangel de Lima

AGUIA DE PORTUGAL

*Olhai: no azul do céu, de asas abertas,
uma águia altiva trespassando os ares!
O sol a doura num clarão de altares,
Deus a destina para glórias certas.*

*Assim outr'ora, navegando incertas,
as caravelas iam pelos mares,
bem alto erguendo as quinas seculares
na senda triunfal das descobertas!*

*Vêde como num sonho ressuscita
da Raça heroica o genio aventureiro,
a Fé que a vai guiando, águia bendita!*

*E' a gloria da Patria o seu cruzetiro...
Nasqueas asas com ardor palpiça
o coração de Portugal inteiro!*

13-9-924.

A. Cardoso dos Santos.


Lisboa vibrou ontem numa das suas horas mais entusiasticas e belas. Refeita da surpresa do inesperado regresso dos nossos aviadores que levaram até Macau as gloriosas de Portugal, quis a cidade mostrar-lhes a sua reconhecida admiração pelo feito heroico, e desde manhã engalanou os seus predios, despoilhou as flores dos seus jardins para encobrir á sua passagem pelas ruas e restiu o ar festivo dos grandes dias, a alegria e o ruido dos empolgantes momentos de triunfo e apoteose. O povo, que ajudou a levar a bom termo o audacioso «raid», quis tributar aos aviadores o seu carinho, a sua estima e a sua gratidão. Do modo espontaneo e caloroso como lhe rendeu tão merecido tributo rapidamente dizem as notas de reportagem que a seguir se registam, mal reproduzindo o entusiasmo da cidade, o orgulho de todos nós pelo honroso significado da grande festa de ontem.

O major Cifka Duarte tomára a seu cargo ir buscar os aviadores a suas casas para os conduzir ao Aero-Clube, o que fez pela 1 hora da tarde, em auto novel. Já as ruas transbordavam de gente, ávida de ovacionar os heróis.

Esperavam-os no Aero-Clube quasi todos os officiaes da aviação, e entre elles o almirante Gago Coutinho, habendo carinhosa troca de abraços de uma boa e leal camaradagem. Depois airam todos a caminho do Terreiro do Paço, juntando-se muita gente em volta dos automoveis, sobre os quais começavam a cair as primeiras flores. Entre almas e vivas seguiram os carros pela rua do Mundo, rua da Escola Politecnica, largo do Rato, rua Alexandre Heróclano, descendo a Avenida em direcção ao Terreiro do Paço. A' sua passagem succedem-se as ovações, a que se associam, das janelas, as senhoras, agitando lenços.

A imposição das insignias aos heroicos aviadores

O Terreiro do Paço oferecia desde as primeiras horas da tarde um deslumbrantissimo aspecto. As janelas e varandas dos ministerios, repletas de senhoras, ostentavam-se ornamentadas com olgaduras e bandeiras. Em toda a volta o enorme largo comprimia-se a multido, contida a custo pela policia.



A imposição das insignias

BENDITO O POVO DE PORTUGAL!

A alma do povo, tão nobre nas suas virtudes, tão vibrante nos seus entusiasmos, tão crescente nas suas paixões, encheu ontem de alegria, de fé, de carinho e de reconhecimento os nossos bravos aviadores.

Nunca o contacto entre o Povo e os expoentes que fazem a gloria da raça, transformando o seu destino em beleza, foi tão íntimo e tão comovedor.

Foi de joelhos que a Patria recebeu os aviadores. Foi com lagrimas de alegria, daquelas que são ardentes e queimam de febre os olhos, que nós os abraçamos. Foi rezando os Lusíadas, cancionero heroico de guerreiros, santos e mareantes, que o Povo os beijou e santificou.

E' essa a mais alta consagração que as asas de ouro podiam ter. Novos arrebois de luz se levantam da nossa terra. O mar e o mundo foram nossos. E já o céu que pertence a Deus se entrega tambem... Quem o desvenda? Quem o rasga? Quem o vai incendiando de primaveras, florindo estrelas, acordando longinquos planetas?

Portugal! Sempre Portugal, eterno bandeirante das civilizações, cimentadas no sangue dos herois, que, quando morrem, o beijam no coração, gritando:

—Mais alto, mais alto ainda!

Sarmento de Beires, Brito Pais e Manuel Gouveia, trindade de inteligencia, de coragem e de vontade, foram ao Oriente pelo mandato imperioso do povo. Lá longe, nos desertos calcinantes da India, sentiram o seu sópro criador, adivinharam a sua presença, tiveram, palpitante e divino, o seu coração ansioso, febril, desordenado, de novas quimeras, de novos sonhos, de novas epopeias.

Arrancaram novamente em demanda de outros céus. Viveram o sofrimento! Viveram o martirio! Viveram a propria morte! Mas levantaram no espaço, com as linhas do infinito, o culto da raça.

Por isso ontem, quando o povo cercava os herois, beijando-os, aclamando-os, abraçando-os, fazendo da sua carne, rija como o bronze, um monumento vibrante de amor e de sangue, de paixão e de delirio, de terrivel grandeza e de suprema beleza — cem mil bocas gritaram, unanimes e profeticas:

—Eles não pertencem á Patria; Ela é que lhes pertence!



A chegada dos aviadores ao pavilhão do Terreiro do Paço



A passagem do cortejo no Rossio



Sporting mais primeiro após 3-0 em Arouca

Pedro Gonçalves (na foto) aos 24 minutos, Gyökeres aos 73 e Trincão aos 81 foram os autores dos golos da vitória do Sporting, ontem, no estádio do Arouca a contar para a quinta jornada da I Liga. Os leões continuam assim isolados no primeiro lugar do campeonato, com 15 pontos. Benfica joga hoje com o Santa Clara e FC Porto amanhã com o Farense.



EPA/PAULO NOVAIS

Ex-cônsul no Brasil: processo das gémeas foi normal

AUDIÇÃO Diplomata foi ouvido na Comissão Parlamentar e garantiu nunca ter falado com Marcelo e com a mãe das meninas.

Paulo Jorge Nascimento, ex-cônsul-geral de Portugal em São Paulo, afirmou ontem que o processo de atribuição de nacionalidade às gémeas tratadas com um medicamento de milhões de euros “decorreu normalmente” e que desconhecia o caso em 2019. Esta garantia foi dada pelo atual embaixador de Portugal na China na Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso das gémeas luso-brasileiras tratadas com o medicamento Zolgensma no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

Ouvido por videoconferência, o diplomata disse também que nunca tinha ouvido falar do caso “até ser ventilado publicamente” pela comunicação social, em novembro do ano passado.

O ex-cônsul-geral esclare-

ceu que as crianças, por serem filhas de mãe portuguesa, tinham direito à atribuição da nacionalidade ao abrigo da lei. “Este é um processo dos mais simples que pode existir. Tratava-se de duas crianças nascidas no Brasil com um dos progenitores que tinha a nacionalidade portuguesa. Os pais deram entrada com toda a documentação [em abril de 2019] e demoraram dois meses para assinar a documentação, que tem de ser feita presencialmente, e demoraram mais dois meses na lista de espera”, justificou Paulo Jorge Nascimento.

Nesse sentido, negou ter tido qualquer contacto com Daniela Martins, afirmando conhecer a mãe das gémeas apenas pela imprensa. “Nunca fui contactado por ninguém”, indicou, afirmando

que não recebeu “nenhum e-mail sobre esta matéria”.

Paulo Jorge Nascimento negou ainda ter tido qualquer contacto por parte da Casa Civil da Presidência da República sobre esta matéria.

Quanto à relação com Nuno Rebelo de Sousa, o diplomata explicou que se cruzou com o filho do Presidente da República “em alguns momentos” e que o ex-presidente da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo “nunca falou do processo”.

Também ontem, a Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso das gémeas rejeitou o pedido da antiga secretária do ex-secretário de Estado, António Lacerda Sales, para ser ouvida à porta fechada, propondo transmissão de áudio através do Canal Parlamento.

DN/LUSA

BREVES

Jornalista que questionou eleições detido

Funcionários do Serviço Bolivariano de Inteligência da Venezuela (SEBIN), detiveram o conhecido jornalista e empresário Leocenis García, após divulgar um vídeo nas redes sociais em que classifica de “fraude eleitoral” os resultados das últimas eleições presidenciais. No vídeo, Leocenis García, que também é dirigente do partido *Prociudadanos* (Pró-Cidadãos) acusa ainda o regime venezuelano de violar vários artigos da Constituição da Venezuela e insta os venezuelanos a restituir a sua vigência. A detenção foi denunciada por um familiar através da rede social X e terá ocorrido na tarde de quinta-feira.

Arguidos da Operação Babel em julgamento

O Tribunal de Instrução Criminal do Porto decidiu ontem levar a julgamento nos exatos termos da acusação todos os arguidos da *Operação Babel*, relacionada com a alegada viciação de normas e instrução de processos de licenciamento urbanísticos em Gaia. Em junho, o MP deduziu acusação contra 16 arguidos, por dezenas de crimes económicos, incluindo Patrocínio Azevedo, antigo vice-presidente da Câmara de Gaia, o empresário Paulo Malafaia e Elad Dror, fundador do Grupo Fortera. O TIC do Porto manteve as medidas de coação de prisão preventiva a Patrocínio Azevedo e a Paulo Malafaia.

Sobe & desce

POR VALENTINA MARCELINO



PASSOS COELHO

O ex-primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, secou especulações sobre a sua possível candidatura a Belém. “Nada disso, eu estou muito fora de toda a intervenção política”, respondeu, quando questionado sobre essa eventualidade. Só mesmo um líder sabe quando se retirar e abrir espaço para sucessores.



NUNO MELO

A 13 de setembro de 2024, o ministro de Defesa decidiu insistir que “Oliveira é portuguesa” e que “por tratado, deverá ser entregue ao Estado português”. É legítima a pretensão, como historicamente sabemos, mas será que é de interesse nacional erguer agora esta bandeira com aroma a naftalina e causar embaraços desnecessários?



LUÍS FILIPE VIEIRA

O ex-presidente do Benfica – acusado de três crimes de fraude fiscal e 19 de falsificação – deu uma entrevista surreal. Atacou o atual presidente e seu delfim, Rui Costa; fez acusações impossíveis de verificar e ainda piscou o olho a uma candidatura ao clube. Assim ninguém precisa de inimigos. **N.V.**



Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, José Pedro Soeiro, Mafalda Campos Forte **Direção** Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão, 195-219 - 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º - 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascensão **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa**: Páginas Civilizadas, Lda. - 41,51%, KNJ Global Holdings Limited - 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro - 20,40%, Grandes Notícias, Lda. - 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena - 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) - Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registrado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias úteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt



56758



5 605290 023026